



UFSC

Sylvio Reinen
Assessor Adjunto

BRAN, BSB AAB. DTJ. JTR. 22, p. 1/155

PROJETO URUGUAI

Conseqüências da Construção da Barragem Machadinho
para os Índios do PI Ligeiro (RS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO — CAIXA POSTAL 476 — TRINDADE — FLORIANÓPOLIS — S. C.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
- Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária -
CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PROJETO URUGUAI

Conseqüências da Construção da Barragem Machadinho
para os Índios do PI Ligeiro (RS)

Julho - 1980

UFSC (Fapeu) - ELETROSUL - FUNAI

Departamento de Ciências Sociais (UFSC) e Departamento de Antropologia e Psicologia da UFPr.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (UFSC)

PROJETO URUGUAI

Conseqüências da Construção da Barragem Machadinho
para os Índios do PI Ligeiro (RS)

EQUIPE RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Sílvio Coelho dos Santos - Coordenador (*)

Profa. Dra. Alcida Rita Ramos (**)

Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm (***)

Prof. Luiz Carlos Halfpap (****)

Mestranda Aneliese Nacke

(*) Bolsista do CNPq. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC.

(**) Profa. Visitante, UFSC.

(***) Profa. Titular do Departamento de Antropologia e Psicologia da UFPr, participando deste trabalho em função de Convênio existente entre aquele Departamento e o PPGCS/UFSC.

(****) Prof. do Departamento de Ciências Sociais, UFSC.

U58

Universidade Federal de Santa Catarina.
Projeto Uruguai; Construção da barragem Machadinho e as consequências para os Índios do Posto Indígena Ligeiro (RS). Florianópolis, 1980.

146 p. mimeografado.

Em convênio com Eletrosul e Funai.

I. Antropologia aplicada 2. Etnologia - Brasil - Sul I. Eletrosul II. Funai III. Título.

CDU média 572.9 (81)

SUMÁRIO

Este relatório focaliza as conseqüências da construção da barragem Machadinho, para os indígenas do PI Ligeiro (RS). Esta barragem, juntamente com a de Itá, incluem as duas primeiras opções de construção fixadas pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL), dentro do projeto de aproveitamento integral do potencial energético da bacia do rio Uruguai, em seu trecho nacional.

Dá-se continuidade, dessa forma, a trabalho anterior, realizado em 1978, quando se analisou as implicações do Projeto Uruguai para os indígenas aldeados na bacia desse rio. A sistemática adotada pelos pesquisadores no desenvolver dos trabalhos de campo e elaboração final deste relatório considerou essa situação particular, qual seja, a de se estar realizando um trabalho pioneiro e de extrema relevância tanto para a empresa responsável pelo Projeto Uruguai, como para a agência encarregada da tutela, a FUNAI, e para os próprios índios. Por isto, o relatório procurou cobrir as múltiplas faces da problemática indígena, para só a seguir abordar a questão dos prejuízos diretos e indiretos a que estão sujeitos. Prejuízos que envolvem a inundação de 188 ha. de terras de alta qualidade, em parte cobertas de

florestas; a perda de duas casas; o alagamento de áreas cultivadas; a destruição parcial de uma estrada; apreensão no que se refere a segurança quanto ao domínio das terras que ocupam e aos direitos de indenização; além da possibilidade de aumento de tensões sócio-políticas entre os membros do grupo; e de stress psicológico, decorrente da perspectiva da inundação de parte da área.

Nesse contexto, reivindicam os Índios uma indenização justa. Para tanto, após diversas reuniões do Conselho e da Comunidade indígena, decidiram apresentar um memorial à ELETROSUL, fixando o que desejam como compensação.

Finalmente, sugerem os pesquisadores um roteiro de providências que devem ser tomadas pela ELETROSUL e pela FUNAI objetivando assegurar aos Índios condições de sobrevivência e de atuação conjunta na defesa de seus interesses.

ABSTRACT

This report focuses on the effects which construction of the Machadinho dam on the Uruguai River will have on the Indians of the Ligeiro Indian Reserve in the State of Rio Grande do Sul. Machadinho and Itá dams are the first construction projects of the Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL). They are part of a larger scheme to develop the full energy potential of the Uruguai River basin within the boundaries of Brazil.

The report represents the continuation of research carried out in 1978. At that time the consequences of the Uruguai Project on the Indians living in reserves in the area were investigated. The team of researchers who participated in the present report consider this work to be both pioneering and highly relevant not only for ELETROSUL and FUNAI, the Federal agency in charge of Indian affairs, but also for the Indian themselves. For this reason the report attempts to cover the various problems faced by the Indians and then addresses the question of the direct and indirect losses they will suffer for the following reasons:

1) the flooding of 188 hectares of highly valuable land, partly covered with equally valuable woods; 2) the loss of two houses; 3) the flooding of cultivated fields; 4) the partial destruction of an access road; 5) anxiety about the possibility of losing control over their own lands and compensation rights; 6) the possible increase of socio-political tensions which already exist among some groups within the community; and 7) psychological stress which will result from the imminent flooding of part of the reserve.

In this context the Indians have made a claim for just compensation. This action is the outcome of a series of meetings of the Indian Council and the community as a whole. Together they prepared a document for ELETROSUL in which they state the details of their demands.

Finally, the research team suggests that a series of steps be taken by ELETROSUL and FUNAI to guarantee the Indians adequate living conditions and the opportunity to act jointly in the defense of their own rights.

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC foi solicitado a realizar o presente estudo, tendo em vista haver elaborado para as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL) o levantamento denominado Projeto Uruguai - Os Barramentos e os Índios⁽¹⁾, abordando a problemática da construção de barragens para os grupos indígenas aldeados na bacia do rio Uruguai. Trata-se, agora, de aprofundar o conhecimento sobre as consequências que sofrerão os indígenas aldeados no Posto Indígena Ligeiro (RS) em decorrência da construção da barragem Machadinho, localizada no rio Pelotas (Uruguai). Esta barragem, juntamente com a de Itá, constituem as duas primeiras opções de construção tomadas pela ELETROSUL, em função do aproveitamento integral do potencial energético da bacia do rio Uruguai, em seu trecho nacional.

O contrato para a realização deste estudo foi feito através da Ordem de Serviço 02700003, de 06/12/1979. A UFSC, tendo a interveniência da FAPEU⁽²⁾, comprometeu-se a mobilizar uma

(1) Convênio UFSC-FAPEU/ELETROSUL/FUNAI, 1978.

(2) FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.

equipe de docentes - pesquisadores vinculados ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, objetivando a execução do estudo no espaço de 120 dias⁽¹⁾, a partir de 1º de março de 1980.

Ao mesmo tempo em que se compôs a equipe de pesquisa, tratou-se de obter junto à Fundação Nacional do Índico (FUNAI) a necessária autorização de pesquisa.

A existência de um protocolo de cooperação entre aquela Fundação e a UFSC não impediu, entretanto, que a referida autorização fosse concedida com certo atraso, motivo da reprogramação dos períodos previstos para trabalho de campo e de realização de levantamentos bibliográficos e elaboração de relatórios parciais.

Outrossim, não se conseguiu obter da FUNAI a designação de um antropólogo que acompanhasse o trabalho em suas diversas fases. Essa ausência foi sentida em especial porque o presente relatório focaliza uma problemática extremamente complexa e de grande responsabilidade para todos os órgãos envolvidos. Além

(1) A equipe foi constituída com a colaboração especial do Departamento de Psicologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná, o qual colocou à disposição do PPGCS a Profa.Dra. Cecília Maria Vieira Helm.

disso, a falta de tradição no Brasil de estudos dessa natureza acentua a conveniência de se ter em um órgão como a FUNAI profissionais alertados e treinados para o enfrentamento das múltiplas facetas que a construção de barragens tem para as populações indígenas.

A partir dos acertos iniciais com a ELETROSUL, destinados à elaboração da proposta que concretizaria a Ordem de Serviço referida, traçou-se de ampliar o levantamento bibliográfico e trocar informações com pesquisadores com experiência na questão, tanto em nível nacional, como internacional. Foram assim aumentadas as informações sobre experiências ocorridas em outros países, bem como em outras partes do Brasil⁽¹⁾.

(1) Queremos agradecer nesta oportunidade às seguintes pessoas e instituições: Prof. Dr. Paul Aspelin, da Cleveland State University, USA, ex-professor visitante da UFSC, pelo fornecimento de dados bibliográficos importantes; Prof. Dr. Anthony Seeger, do Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, e hoje atuando nos EUA, pelo fornecimento de dados pertinentes aos interesses e exigências de agentes financeiros mundiais, em projetos de macro-engenharia; à Dr. Audrey Colson, pelo fornecimento de dados e bibliografia sobre a experiência internacional na construção de barragens; ao Dr. Moysés Westphalen, assessor da SIDESUL para

Considerando o levantamento realizado quando da elaboração do relatório "Os barramentos e os índios", e os dados bibliográficos e de campo fornecidos por outros pesquisadores, e fetuou-se o planejamento das atividades a serem desenvolvidas junto aos índios do Posto Ligeiro (RS). Para tanto, a equipe

assuntos indígenas, pelo fornecimento de dados sobre a história do PI Ligeiro; ao Prof. Igor Chmyz, Chefe do Departamento de Psicologia e Antropologia da UFPr, pelo apoio institucional oferecido, facilitando a integração da Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm à equipe; ao Sr. José Carlos Alves, Delegado da 4ª Delegacia da FUNAI, e ao Sr. Lourinaldo Waldereys Rodrigues Veloso, chefe do PI Ligeiro e demais servidores desse posto, pelo fornecimento de informações relativas às atividades que ali se desenvolvem. Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Albertina Buss, Cecília Rau e Osmar Conceição pelos trabalhos de apoio administrativo e serviços de datilografia e mimeógrafo, e a Osmar Coelho, responsável pela elaboração dos mapas. Aos funcionários da FAPEU pelo pronto atendimento nos mais variados momentos de pesquisa, e em especial pela administração financeira dos recursos colocados disponíveis pela ELETROSUL. Finalmente, aos índios do PI Ligeiro, representados pelo Cacique Leonídio Braga, o nosso obrigado pelas informações que tornaram possível este documento.

se reuniu em diversas ocasiões para discutir e planejar as estratégias a serem adotadas durante a pesquisa junto aos índios e a administração do Posto Ligeiro. Também se avaliou as implicações que traria para a pesquisa o fato de se chegar ao posto indígena com uma mensagem tão difícil de comunicar, como se ser a notícia da ocupação de partes das terras do território índio por motivo da construção de uma barragem. Efetivamente, este tipo de "rapport" em nada contribuía para facilitar a tarefa que deveria ser cumprida.

Por isso mesmo, múltiplas cautelas foram tomadas visando evitar que as informações colhidas fossem distorcidas ou irreais. Montou-se, assim, um roteiro de entrevista abordando as diferentes facetas da realidade indígena. Além disto, estabeleceu-se um quadro destinado a obter os elementos essenciais ao censo da população residente no posto. Por último, relacionou-se os itens fundamentais a serem abordados como inventário dos prejuízos de cada família que seria atingida pelos efeitos diretos da barragem. Outrossim, esquematizou-se as ações a serem deflagradas para a coleta de informações na Delegacia da FUNAI, em Curitiba, junto a toda a área do Uruguai alvo de construção da Barragem Machadinho, na sede do Posto Indígena, nas Prefeituras de Sananduva e Tapejara, e, por último, entre os membros do conse-

lho, da polícia e líderes da comunidade indígena. Uma documentação fotográfica também foi programada. O minucioso planejamento justificava-se pela certeza dos pesquisadores de enfrentar uma realidade bastante difícil para ser estudada e compreendida, devido à tensão a que os indígenas estariam sujeitos.

Na medida em que se definiam os instrumentos de coleta de dados no campo e eram, simultaneamente, analisados as informações bibliográficas e dados pertinentes a outras experiências semelhantes, dominavam-se também dados históricos, econômicos, sociais e demográficos pertinentes às populações indígenas e brasileiras ocupantes da região sul, com ênfase naquelas localizadas na área em que se situa o PI Ligeiro. Isto permitiu que antes de se proceder a investigação de campo fosse construído um quadro bastante nítido sobre a ocupação da região.

Imediatamente ao chegar a autorização de pesquisa fornecida pela FUNAI, a equipe se deslocou para o campo. Durante a viagem Florianópolis - Sananduva, via Concórdia e Marcelino Ramos (RS), aproveitou-se para conhecer toda a área de influência da barragem de Machadinho. Chegando a Sananduva, no segundo dia de viagem, imediatamente procurou-se atingir a sede do PI Ligeiro. A equipe sabia que estava sendo esperada, pois a 4ª Delegacia da FUNAI, sediada em Curitiba, através de seu Dele

gado, Sr. José Carlos Alves, havia cientificado o Chefe do PI, Sr. Lourinaldo W.R. Veloso. Entardecia quando a equipe chegou ao Posto, sendo recebida pelo Chefe. Logo foi iniciada uma explanação sobre os objetivos do trabalho. Além do chefe do PI, participou dessa conversa o Cacique Leonídio Braga, convocado por aquele após a chegada da equipe. Algumas situações não previstas logo se fizeram sentir. Em primeiro lugar o Cacique deixou claro que os indígenas estavam esperando a equipe e que tinham ciência, tanto da tarefa, como dos prejuízos iminentes a que estavam sujeitos. E por isso desejavam acertar uma forma justa de obter compensações, as quais seriam definidas por toda a comunidade indígena. Isto implicava numa reunião com o Conselho, para que se discutisse a situação da reserva perante a construção da barragem Machadinho. A reunião com o Conselho foi assim marcada para o dia seguinte, domingo, pela manhã. Em segundo lugar, a equipe, ao chegar, encontrou militares do Exército Nacional junto à sede do PI. Feitas as apresentações, tomou-se conhecimento que o grupo era sediado em Passo Fundo (RS) e que se encontrava na área efetuando investigações de rotina entre os indígenas. Contudo, não se deixou de ficar surpreso quando os militares se acomodaram para participar, sem interferir, do primeiro contato que a equipe iria manter com o

Chefe do PI e com o Cacique. A impressão, confirmada em dias posteriores, era a de que os militares estavam interessados em acompanhar nosso trabalho, algo, pelo que sabemos, incomum nas experiências de campo dos antropólogos brasileiros.

Regressando a Sananduva para pernoitar, a equipe ficou ansiosa pelo ocorrer do contato com o Conselho Indígena. Este aconteceu por volta de 10:00 horas de domingo. Novas surpresas. O Cacique e os membros do Conselho insistiram na necessidade de uma consulta a toda a comunidade para permitir, entre tudo o mais, a presença dos pesquisadores na área. Até este momento nada de entrevistas, fotos ou visitas. Este quadro surpreendia aos pesquisadores, pois em postos indígenas do sul do Brasil tal ocorrência era algo novo e inesperado. A coesão dos líderes indígenas era clara no sentido de darem ou não autorização para que se efetivasse uma coleta direta de dados entre os componentes do grupo. Numa situação inusitada, pelo menos no sul, os antropólogos adiaram mais uma vez o início das tarefas programadas para o dia seguinte.

Na segunda feira, após horas de espera a fim de que toda a comunidade discutisse sem interferência a questão, logrou-se acesso ao grupo. A reunião estava sendo procedida no salão de baile da vila da sede do posto. Homens e mulheres estavam reuni

dos aguardando que a equipe ouvisse seus reclamos, seus pedidos de indenização justa, suas angústias e temores e por fim que se aceitasse a idéia de que eles, os índios, sabiam o que queriam que haveriam de apresentar suas reivindicações por escrito, a partir de reuniões que pretendiam realizar. Enquanto isto, se quizessemos, poderíamos percorrer a área sujeita a inundação, visitar os moradores que teriam de ser relocados e obter informes junto ao Chefe do Posto. Contudo, tudo isto deveria ser feito tendo o Cacique ou Conselheiros como acompanhantes. Efetivamente, para os pesquisadores esta era uma situação anômala e não prevista. Por isto mesmo, logo se tratou de montar uma estratégia adequada para enfrentar o novo quadro. Outrossim, o fato de os índios se disporem a elaborar um documento reivindicatório permitiu assegurar um grau de profundidade ao trabalho que inicialmente não se esperava atingir.

Nos dias que se seguiram, enquanto os antropólogos obtinham dados junto ao escritório do Chefe do Posto; nas casas dos índios que seriam afetados diretamente pelo alagamento provocado pela barragem; em residências de civilizados vizinhos à área indígena e também sujeitos às conseqüências diretas da barragem; nas prefeituras de Sananduva e Tapejara; na sede local do IBGE; nas casas dos índios sediados nas vilas do Posto, Ron-

don e Paraná e junto aos líderes indígenas; os índios mantinham suas próprias reuniões. Vez ou outra, interrogações foram feitas aos antropólogos visando a elucidação de algum aspecto do problema. Mas sempre esteve clara a idéia que os indígenas tinham conhecimento, há muito tempo, do Projeto Uruguai⁽¹⁾ e que reconheciam sua impotência para rejeitá-lo integralmente. Porém desejavam tirar vantagens justas da questão, visando assegurar para seus descendentes um patrimônio que consideram da maior importância: a terra e uma infra-estrutura necessária à sobrevivência.

Efetivamente, os Kaingang do PI Ligeiro revelaram um alto censo de compreensão e discernimento da questão criada pela construção da barragem Machadinho. Eles sabem que a área

(1) Várias vezes foi mencionada a visita do Prof. Dr. Paul Aspelin, integrante da equipe do Projeto Uruguai, os Barramentos e os Índios, ao Posto Ligeiro, em 1978, como referência para o que sabiam os Índios. Também apontaram a destruição feita de um marco colocado pela Cruzeiro do Sul para permitir o levantamento aerofotogramétrico da região para a ELETROSUL, como demonstração de seu domínio e consciência de posse da área. Não esconderam, por fim, que sabiam da barragem e seus efeitos por notícias da rádio de Sananduva e por informes do Chefe do Posto.

em torno da reserva indígena é formada por minifúndios e que não há condições para uma indenização em terras, para compensar a parte que será inundada⁽¹⁾. Sabem também que os benefícios desejados devem ser encaminhados diretamente para o próprio grupo pela ELETROSUL, pois temem os riscos de extravio desses mesmos benefícios caso eles sejam canalizados via FUNAI. Por último, pretendem que as compensações cheguem bem antes das águas, pois têm experiência da política do "fato consumado".

O material coletado, pois, durante a permanência de campo (cerca de 8 dias, além do tempo da viagem) é exhaustivamente analisado nos capítulos III e IV do presente relatório. Os capítulos anteriores tiveram sua redação embasada, na sua maior par-

(1) Indenizar em terras e não em dinheiro foi uma proposta formulada pelo Dr. Caio Lustosa, advogado com larga experiência no trato de questões indígenas, em parecer circunstanciado que foi em parte incorporado ao relatório "Projeto Uruguai - os barramentos e os índios", já referido. A relevância de tal formulação é extrema para se assegurar o direito das sociedades indígenas no Brasil e foi somente considerando a impraticabilidade de tal tipo de indenização que os índios do PI Ligeiro partiram para reivindicar outras formas de benefícios.

te, em dados obtidos na bibliografia e/ou experiências anteriores de pesquisa. O documento reivindicativo dos Índios foi incorporado ao capítulo IV, objetivando dar-lhe o devido destaque. Outro documento, formado por abaixo assinado da comunidade e dirigido à ELETROSUL como forma de oferecer legitimidade às reivindicações apresentadas, foi incorporado em sua forma original como anexo nº 1.

Os indígenas do PI Ligeiro estão sujeitos a perder cerca de 188 ha. de terras, devido ao aumento do volume d'água no rio Apucê (ou Ligeiro). Essas terras são de primeira qualidade para a lavoura e uma boa parte delas, cerca de 40%, estão cobertas de essências florestais de valor. Perderão ainda algumas casas e roças. A estrada que corta o Posto Indígena, ligando Sã nanduva a Tapejara, terá de ser parcialmente relocada. Esses são em essência os prejuízos diretos que sofrerão os indígenas. Contudo, como é bem demonstrado em diversos momentos do relatório, os prejuízos indiretos são de difícil previsão, embora eles já estejam sendo vivenciados. A tensão com que foram recebidos os pesquisadores bem demonstra o clima que está sendo vivido na comunidade.

Foi considerando esse quadro que se decidiu incluir no capítulo conclusivo um rol de sugestões que devem ser consi-

deradas, tanto pela FUNAI, como pela ELETROSUL e outras eventuais agências governamentais que vierem a tratar da situação dos índios do PI Ligeiro. Efetivamente a FUNAI deve rapidamente tomar consciência que uma comunidade ameaçada por um projeto de engenharia, que ultrapassa toda a possibilidade de compreensão de seus membros, necessita de tratamento específico no sentido de que todas as facetas da problemática que passa a enfrentar sejam em tempo entendidas e equacionadas. O saber científico, através da Antropologia Aplicada, não pode estar ausente neste momento, bem como faltar bom senso e humanismo. O mesmo se deve recomendar à ELETROSUL, na qualidade de responsável pela implantação futura do projeto. Afinal, em qualquer circunstância,

"as sociedades indígenas têm direitos anteriores a toda sociedade nacional (...)" "O Estado deve garantir a todas as populações o direito de ser e permanecer elas mesmas, vivendo segundo seus próprios costumes e desenvolvendo sua própria cultura pelo fato de constituírem entidades étnicas específicas (...)" ou, ainda, "Cumpra ao Estado oferecer às populações in-

dígenas a mesma assistência econômica, social, educacional, e sanitária que ao resto da população; porém, além disso, ter a obrigação de atender as carências específicas que são resultado de seu submetimento à estrutura colonial e, sobretudo, o dever de impedir que sejam objeto de exploração por parte de qualquer setor da sociedade nacional", (...)⁽¹⁾.

(1) "La Declaracion de Barbados", In GRUMBERG, 1972: 500-53.

1. A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E AS SOCIEDADES TRIBAIS

1.1. A experiência internacional

A partir da intensificação da produção industrial, primeiramente na Europa e Estados Unidos e mais tarde no chamado Terceiro Mundo, surgiu o problema da captação de energia que alimentasse essa crescente industrialização. Substituindo o vapor como fonte energética, as hidroelétricas passaram a ser - juntamente com o petróleo - o sustentáculo de grande parte da produção industrial e de comodidades materiais, tais como iluminação pública e doméstica. Mas, se por um lado a construção de represas atende às necessidades de produção de bens em grande escala, por outro lado, ela é capaz de deflagrar enormes problemas de ordem social (para não falar em efeitos ecológicos), afetando muitas vezes de maneira desastrosa as populações humanas sujeitas a inundações e a outras conseqüências.

Fora do Brasil encontramos diversos casos documentados do impacto de projetos hidroelétricos e de controle de cheias sobre populações indígenas ou camponesas, como, por exemplo, na Turquia, na Tailândia, em Bangladesh, no Canadá, no México, na Guiana, na África. Para fins comparativos, trataremos dos quatro últimos casos referidos, com o objetivo de apreender alguns dos fatores mais relevantes do problema:

- a) as perdas e custos para as populações afetadas pela construção de barragens;
- b) as conseqüências de ordem ecológico-econômica, médico-sanitária, educacional, etc., decorrentes desses projetos com relação às populações atingidas;
- c) a participação das populações afetadas nos processos decisórios relativos à construção de barragens e suas conseqüências;
- d) a atuação de antropólogos e outros especialistas no processo de reestruturação dessas populações.

O exemplo canadense Em decorrência da construção de uma série de barragens no norte da Província de Québec, 10.000 índios da nação Cree e Inuit (Esquimó) foram forçados a abrir mão de mais de 80% de seu território tradicional. O projeto, da Hydro-Québec, ficou sob a responsabilidade da James Bay Energy Corporation, subsidiária da James Bay Development Corporation. Estava prevista a construção de "oito grandes reservatórios no rio La Grande e seus arredores.... Quatro estações geradoras, com capacidade de produzir 8.330 megawatts, seriam construídas ao longo do rio." (RICHARDSON 1975:334). Os trabalhos tiveram início em 1972. O primeiro canteiro de obras, construído em 1973, abrigaria inicialmente 1.000 trabalhadores; já em 1974, esse número aumentaria para 6.000 trabalhadores e 2.500 dependentes e "uma cidade permanente

te com capacidade para 3.600 homens" seria construída próximo as obras. Foi construído também um aeroporto (RICHARDSON 1975:335). O término das obras foi previsto para 1983.

Em 1972 os Índios Cree iniciaram uma ação judicial numa tentativa de fazer cessar o projeto. O caso arrastou-se nos tribunais por mais de dois anos, com várias decisões e contra-decisões, ora a favor, ora contra as reivindicações indígenas. Em fins de 1974, depois de grande resistência em vender as suas terras, os Cree viram-se forçados a assinar um acordo com o governo de Québec, pelo qual abriam mão da posse de seu território em benefício dos interesses nacionais. Os termos do acordo estão contidos num documento de 455 páginas (The James Bay and Northern Québec Agreement, publicado em 1976). Por esse acordo, os Cree e Inuit foram indenizados em 150 milhões de dólares, 75 milhões em dinheiro e 75 milhões em royalties da hidroelétrica e mais 25% em royalties que a Província de Québec viesse a receber de todos os projetos de desenvolvimento em seu território durante 50 anos (RICHARDSON 1975:320). Conseguiram também reter vários direitos de uso da terra e de recursos naturais, além de obterem a relocação de uma das barragens para outro local, rio acima, onde criará distúrbios menores para **suas** vidas.

Apesar dessas compensações, o modo de vida tradicional desses índios, cuja preservação eles próprios defenderam fer

renhamente nos tribunais, fica seriamente ameaçado, uma vez que as práticas de caça e pesca estarão significativamente restritas pela instalação do aparato construído pelo projeto de desenvolvimento.

Deve-se notar que o processo de defesa dos direitos indígenas foi montado e mantido praticamente por eles, que se encarregaram de contratar advogados e outros conselheiros. A atuação de antropólogos, biólogos e outros técnicos, no caso do projeto de James Bay, deu-se a partir de iniciativa própria, ou por solicitação indígena. Seu papel foi o de apontar os possíveis riscos de construção das barragens para o equilíbrio ecológico e suas consequências para a continuação dos modos de subsistência, de relações sociais e outras esferas de vida dessa população.

O exemplo mexicano. Em 1949 teve início a construção da barragem Miguel Alemán, a cerca de 15 km da comunidade de Ixcatlán, habitada por índios Mazatecos. Dentre os objetivos dessa obra - o Projeto de Papaloapan - estavam o controle de cheias, a drenagem da bacia fluvial, a geração de energia elétrica, o desenvolvimento da agricultura, do sistema de transportes e comunicação e a promoção da indústria (MCMAHON 1973:52).

Antes da construção da barragem, o município de Ixcatlán era habitado por 22.000 Mazatecos; atualmente apenas um quinto vive lá. Com a inundação, os Mazatecos perderam mais da metade

de suas terras, justamente onde os solos eram mais férteis. Hoje em dia nenhuma parte da comunidade está a menos de 150 metros do lago que a barragem produziu e os moradores vivem comprimidos entre as águas e os montes. Em consequência da redução drástica de seu território, a maior parte da população de Ixcatlán viu-se obrigada a emigrar, embora aparentemente não houvesse se beneficiado de qualquer esquema de indenização ou assistência (MCMAHON 1973:21).

A participação dos indígenas no processo de reestruturação de suas próprias vidas foi praticamente nula. Aqui, a atuação de antropólogos foi muito marcante, uma vez que estes operaram desde 1948, portanto antes do início da construção, como agentes governamentais, membros que eram da "Sección de Antropología" de la Comisión del Papaloapan", afiliada ao Instituto Nacional Indigenista, diretamente ligado ao Executivo mexicano. Trabalharam junto aos antropólogos, economistas, agrônomos, biólogos, professores e médicos (MCMAHON 1973:14).

Coube aos antropólogos da Comissão de Papaloapan orientar a redistribuição da população e assessorar em questões de educação, higiene, habitação, nutrição, etc. dos indígenas (ibid:54); por sua vez, o Instituto Nacional Indigenista está encarregado de dirigir "a integração dos grupos indígenas à vida na

cional. Juntas, estas duas instituições têm sido a principal fonte de mudanças ambientais e sociais que têm afetado Ixcatlán" (MCMAHON 1973:56).

Embora a intenção oficial fosse a de modernizar as formas de produção da área afetada pela barragem, na realidade a estrutura de produção agrícola permaneceu basicamente a mesma. A maior parte dos habitantes de Ixcatlán possui pequenas propriedades de cerca de dois hectares, onde são cultivados milho, arroz, pimenta junto ao lago e café nas elevações. Cerca de um terço da população emprega-se como peões em terras de outros. Com a criação do lago, a pesca passou a ter importância antes inexistente.

"A produção ... é suficientemente alta para satisfazer a subsistência de camponeses, comerciantes intermediários da aldeia e, inclusive, certo excedente para o mercado" (MCMAHON 1973:79-80). Entretanto, essa viabilidade econômica da comunidade só pode existir pelo fato de que a grande maioria da população original abandonou o local devido à inundaçãõ decorrente da criação do lago. Mesmo assim, com a média de dois hectares por família e considerando que um terço da população não possui terra, parece que esse sistema agrícola opera em moldes precários. Além disso, devido à baixa fertilidade dos solos, as roças devem

permanecer em descanso por vários anos depois de duas colheitas de milho e feijão (vide MCMAHON 1973:110). Um tal sistema tem pouca viabilidade e longo prazo, principalmente se houver um aumento populacional.

Apesar da redução de quantidade de terras e de qualidade de solos, o antropólogo MCMAHON afirma "em 1968 a maioria das pessoas dizia que a aldeia é agora um lugar melhor para viver, pois há água, escolas, uma clínica, melhores transportes e... se dispõe de certos produtos e serviços" (MCMAHON 1973:137). Se tomarmos esta afirmação como fidedigna, é bem possível que a assessoria de especialistas diretamente ligados ao processo de reorganização da comunidade tenha contribuído para a recuperação satisfatória dessa população, embora fiquem registrados os distúrbios econômicos, sociais e psicológicos por que ela passou com os efeitos da construção da barragem. (vide MCMAHON 1973:66-138).

Devemos, entretanto, contrastar o relato de MCMAHON com o de BARABAS e BARTOLOMÉ de 1973, o qual descreve uma situação bem menos amena para os Mazatecos. Por um lado, 20.000 indígenas foram deslocados pelas obras da barragem Miguel Alemán. "Como compensação, foram prometidos à população reassentada estradas, água potável e eletricidade, mas essas promessas nunca se concretizaram.... Pelo menos 200 simplesmente morreram de tristeza; a remoção foi

especialmente dolorosa para os velhos, que lamentaram deixar as terras onde os ancestrais estavam enterrados e guardados os objetos sagrados. ... Os novos padrões climáticos e a situação ecológica também contribuíram para a falta de adaptação comunitária e o deslocamento econômico. O alcoolismo aumentou grandemente, na medida em que diminuía a vida cerimonial tradicional" (BARABAS e BARTOLOMÉ 1973: 7). Por outro lado, "quando em 1954 muitos Mazarunecos ainda persistiram em sua recusa de mudar, a Comissão deu sinal de sua força, abrindo uma das comportas da represa. Isso foi complementado pela polícia da Comissão que ateou fogo às casas dos mais resistentes". (BARABAS e BARTOLOMÉ 1973: 7).

O exemplo guianense. O projeto hidroelétrico do alto Mazaruni na Guiana, se levado a efeito, afetará diretamente 5.000 índios Akawaio em 20 aldeias (BENNETT et al 1979). Os planos para a obra, anunciados em 1973, prevêem a produção de 3.500 megawatts e a inundação de 1.000 milhas quadradas de terreno. Devido à grandiosidade dos planos, o Banco Mundial recusou custear o projeto, que está igualmente sendo estudado pelo governo iugoslavo e pela Swedish Engineering Consultants Sweco A.B., da Suécia (BENNETT et al - 1979:1,6).

Em 1975 o governo guianense tomou a decisão de iniciar a implementação do projeto hidroelétrico na bacia do alto Mazaruni, mas já a partir de 1967 foram iniciados os trabalhos

de abertura de estradas de acesso, perfuração e reconhecimento do local proposto para a grande barragem (BENNETT et al 1979:6).

Muito embora a construção da represa em si esteja estacionada por falta de verbas, os seus efeitos desagregadores já se fazem sentir na população indígena. "Estamos tomados de ansiedade e pensamos: será que nos vão afogar, que irão inundar nossas terras?... Ouvimos dizer que vão fechar o Mazaruni, o Kako, o Ku kui, o Membaro, o Kamarang, e o Paruima. E, cheios de ansiedade, perguntamos: que vamos fazer? E não encontramos ninguém que nos explique como é que isso vai ser bom, essa barragem do rio, para por uma turbina e gerar luz elétrica. Aqui estamos, tristes, pensando: para onde iremos? Para a terra dos outros, molestá-los ou zangá-los, como quando outros vêm para nós e a terra não é suficiente..." (BENNETT et al 1979:8).

Antropólogos e juristas têm assessorado os Akawaio' em suas reivindicações para manter seu território intacto, o que lhes é de direito pela legislação guianense (vide BENNETT et al 1979:10). Entretanto, não há notícia de qualquer plano governamental para assistir aos índios que sofrerão o impacto de um deslocamento maciço de suas terras imemorais, fato que acirra ainda mais o estado de insegurança em que ora vivem.

O exemplo africano. Talvez os casos mais dramáticos

de desagregação física e social provocada pela construção de barragens venham da África. As grandes represas Kariba (Zambia e Rodésia), Volta (Gana), Aswan (Egito) e Kainji (Nigéria), em conjunto, foram responsáveis pelo deslocamento de mais de 250.000 pessoas. A represa de Aswan sozinha levou a quatro reassentamentos compulsórios de cerca de 100.000 membros do grupo Nuba. Os efeitos dos movimentos maciços dessas populações foram devastadores, levando a crises de nutrição, ao surgimento de doenças novas e aumento de incidência de outras já existentes, à desorganização social e política e a crises psicológicas de grandes proporções⁽¹⁾.

O exemplo traumático dos Fonga que foram forçados a deixar seu território ancestral, devido à construção da represa de Kariba, e levados a ocupar uma região totalmente desconhecida, demonstra a seriedade desse processo de deslocamento. Por falta de planejamento adequado anterior à remoção, a população não foi provida com plantações produtivas no novo local; deflagrou-se uma crise alimentar. Para remediar a crise, as mulheres e crianças passaram a coletar produtos silvestres da região, embora não estivessem familiarizados com eles. O resultado foi a morte por

(1) Vide as descrições desses processos desagregadores em SCUDDER 1973, 1975a, 1975b, 1976; BROKENSHA e SCUDDER 1968.

envenenamento de mais de 50 pessoas após a mudança para as novas aldeias. Essas mortes vieram somar-se a outras 80, provocadas por desintéria bacilar que se seguiu ao deslocamento (SCUDDER 1975b: 460-61).

A falta de planejamento por parte das autoridades responsáveis pelas remoções e assentamentos, ou por outros órgãos assistenciais, levou também a outros tipos de desagregação, como o abandono de práticas sociais e cerimoniais, a perda de autoridade das lideranças locais, o desânimo ou desespero psicológico da população em geral.

Numa tentativa de apreender de maneira generalizante os fatores recorrentes em situações de desagregação provocadas pela construção de barragens, THAYER SCUDDER, antropólogo da California Institute of Technology, agrupa em quatro categorias as populações afetadas: a) os que são removidos devido à inundação de suas terras; b) os que recebem os removidos em suas terras ; c) os imigrantes que afluem ao local das obras, atraídos por oportunidades de trabalho; d) outros, como turistas, ou os que residem na região, mas que não pertencem às demais categorias. Naturalmente, são as duas primeiras categorias que sofrem mais pesadamente o ônus desses projetos hidráulicos (SCUDDER 1975b: 1-2).

Quanto aos efeitos desagregadores da construção de

barragens SCUDDER considera três grandes categorias: a) stress fisiológico, b) stress psicológico, c) stress sócio-cultural. O caso de stress fisiológico refere-se ao impacto do deslocamento na saúde e bem estar das populações afetadas. O aumento da densidade populacional, com a compressão da área habitável, ou com a trans_ladação para área menor que a anterior, leva a um maior risco de contaminação por doenças infecciosas. Associada a essa compressão geográfica, pode ocorrer a falta de suprimento adequado de água, e de alimentos, exacerbando ainda mais as precárias condições sanitárias da população. Há igualmente grande perigo de instalação de novas doenças. Por exemplo, no caso da barragem de Kariba, houve um aumento na incidência de tripanossomose; no Sudão, a população Nuba afetada pela represa de Aswan, vinda de um ecossistema semi-árido para outro tropical, sofreu as conseqüências de infestação de malária e leishmoniose. Além disso, "para os que são deslocados, a chistossomose é uma grande ameaça, principalmente onde a incidência e intensidade de contaminação sobem rapidamente, como no caso do Lago Volta" (SCUDDER 1975^a:466).

Os efeitos psicológicos podem ser detectados especialmente em duas modalidades: primeiro, o profundo pesar de deixar a terra natal, os cemitérios dos ancestrais, os lugares sagrados, que são tomados pelas águas; segundo, o medo do desconhecido, a

incerteza sobre as intenções das autoridades responsáveis, os conflitos com os novos vizinhos, devidos a lutas pela terra ou pela liderança política.

Quanto ao stress sócio-cultural, SCUDDER percebe também duas principais fontes de desagregação: uma, a "redução, ao menos temporária, do inventário sócio-cultural da população" (SCUDDER 1975:b:6). Ou porque as práticas sócio-culturais estavam intimamente ligadas ao habitat original, não podendo ser ativas no novo, ou porque os novos vizinhos se opõem a essas práticas, o fato, é que há uma tendência à pauperização cultural das populações removidas, pelo menos durante o período de reassentamento. Outra fonte de desagregação sócio-cultural advém da perda de lideranças efetivas, enfraquecidas pela situação em que são colocados os líderes políticos locais: se defendem a permanência da população no local com a cessação dos projetos hidráulicos, perdem o prestígio junto as suas comunidades, quando perdem a causa; se cooperam com as autoridades, sofrem a desconfiança de seus compatriotas. O resultado tende, pois, a ser o esfacelamento político dessas populações.

SCUDDER finalmente recomenda que os planejadores de projetos de barragens devam maior atenção ao problema de deslocamentos de populações que resultem num aumento da densidade de-

mográfica, provocando escassez de terra e de outros recursos. Devem estar atentos para os sistemas de posse de terra em áreas de reassentamento, de modo a reduzir o risco de disputas fundiárias futuras. Sem essas precauções iniciais, os projetos hidráulicos irão sempre custar às autoridades responsáveis muito mais do que a previsão inicial, pois maiores gastos terão que ser feitos conforme os problemas vão surgindo. No caso das barragens africanas, o custo real foi de duas a quatro vezes mais do que a estimativa inicial, "simplesmente porque os planejadores subestimaram a magnitude dos problemas envolvidos" (SCUDDER 1975b:15).

Recomendações contidas em publicações da ONU e de SCOPE⁽¹⁾ incluem a necessidade de se consultar a população local da bacia fluvial em questão e enfatizam o seu envolvimento no processo decisório. "Quando as idéias e os planos de desenvolvimento são gerados de cima, a tendência é ignorar a população local. Ninguém ganha com isso. Enquanto que as necessidades de desenvolvimento nacional e internacional podem incluir a construção de barragens e deslocamentos em grande escala, apesar da re-

(1) United Nations, Integrated River Basin Development: Report of a Panel of Experts NY:United Nations, 1970. SCOPE, Man-made Lakes as Modified Ecosystems. Report nº12. Paris: ICSU, 1972.

sistência local, os governos terão muito a ganhar se incorporarem os residentes da bacia fluvial nos planos de desenvolvimento e , reassentamento" (SCUDDER 1975b:19-20).

Do mesmo teor são as recomendações feitas pela Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y los Recursos Naturales, ao estabelecer "normas para a construção de represas". Dentre estas:

"Os problemas de saúde pública que podem ser causados ou estar associados a uma barragem devem ser previstos e suas necessidades de administração e os custos envolvidos deverão ser incluídos na análise de custos e benefícios e no plano de administração futuro. Os problemas das doenças causadas por mosquitos e caracóis exigem uma atenção especial. Isto é especialmente importante quando se contemplam reassentamentos dirigidos ou movimentos espontâneos de população que possam ocorrer próximos à barragem proposta, a fim de determinar os riscos aos quais essas populações estão sujeitas e conceber medidas adequadas para a defesa da saúde pública e a prevenção de doenças.

Toda proposta de reassentamento deverá estar fundamentada em um estudo detalhado das necessidades sociais, econômicas e sanitárias das pessoas reassentadas, e em consulta com os interessados....

Todas as conseqüências indiretas dos projetos alternativos deverão ser determinadas o mais precisamente possível, e incluídas em todos os estudos de custos e benefícios do projeto de represa.

Deverá dar-se especial atenção aos custos sociais e aqueles outros de difícil valoração em termos monetários, tais como a deterioração a longo prazo da encosta de captação a montante, ou dos recursos do estuário a jusante"⁽¹⁾.

(1) Normas Ecológicas para el Desarrollo del Trópico Húmedo Americano. Resumen de las Conclusiones de la Reunión Internacional sobre el Uso de Normas Ecológicas para el Desarrollo en el Trópico Húmedo Americano, celebrada em Caracas, Venezuela del 20 al 22 de febrero de 1974. Recopilado por Duncan Pooro, Ecólogo principal, Secretaria de la UICN. UICN Documento Ocasional No. 11. Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y los Recursos Naturales, Morges, Suiza, 1975, pp. 37-38.

A experiência internacional aponta, portanto, para a necessidade premente de um planejamento adequado, antes do início das obras de construção de barragens, de modo a minimizar, senão mesmo evitar, os efeitos mais destrutivos que tais obras produzem nas populações locais, de modo a aliviar, tanto para estas populações, como para as autoridades envolvidas, o pesado ônus da improvisação.

1.2. A questão das barragens em nível nacional

Participando da economia internacional na condição de país capitalista dependente e periférico, o Brasil nos últimos anos vem enfrentando graves problemas decorrentes da escassês mundial de petróleo. Na busca de soluções, o governo brasileiro estabeleceu as bases de uma política agressiva para a geração de novas fontes de energia. Ao par de estímulos para o aproveitamento de fontes alternativas, tais como o metanol e o carvão mineral, o governo continua, entretanto, preocupado com o aproveitamento do potencial hidráulico existente no país. A ordem é desenvolver fontes de energia doméstica, estejam onde estiverem.

É neste contexto que se deve entender os grandes projetos que têm sido formulados para garantir o aproveitamento do potencial energético de rios sobre os quais o país tem domínio integral ou, mesmo, parcial. Projetos como o de Tucuruí, no Tocantins (Pará) e de Itaipú, no curso internacional do Paraná (fronteira com o Paraguai) estão inseridos no dia a dia do brasileiro, dada a magnitude dos empreendimentos. Entretanto, outros aproveitamentos já foram concluídos ou estão em construção ou, ainda, em fase de planejamento. Entre esses últimos, destacamos o projeto de aproveitamento da bacia do rio Uruguai, nos estados do Rio Grande

BRASIL : REGIÃO SUL



DETALHE (sem escala),
BACIA DO RIO URUGUAI
E LOCALIZAÇÃO GERAL
DOS POSTOS E TOLDOS INDÍGENAS:

- 1- PI PALMAS
- 2- PI CHAPECÓ
- 3- TOLDO IRANI
- 4- PI GUARITA
- 5- TOLDO IRAÍ
- 6- PI NONOAI
- 7- PI VOTORO
- 8- PI LIGEIRO
- 9- PI CAÇIQUE DOBLE

do Sul e Santa Catarina, que está sendo implementado pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (ELETROSUL).

Como já dissemos em outro lugar (SANTOS, 1979:67) ao decidir sobre o aproveitamento do potencial energético que existe nas diversas bacias fluviais do interior do país, o Governo Brasileiro efetiva uma tomada de decisão que em última análise tem suporte no conceito de Estado. "O Estado do Brasil é auto-conceituado como forma politicamente organizada de uma única nação. A nação dos brasileiros, na qual pretende-se - ainda que numa perspectiva ideológica - inserir todos os indivíduos que estão dentro do território que o mesmo Estado controla, auto-identificando-os como membros. A realidade, entretanto, é bem outra. O Brasil é hoje um Estado que obteve seu território à custa da conquista efetuada por segmentos de nações européias, em seu processo de expansão, a dezenas de sociedades indígenas. Algumas dessas últimas lograram subsistir e se mantêm hoje como entidades diferenciadas da chamada sociedade nacional". Assim identificados, os povos indígenas estão sujeitos à tutela do Governo Brasileiro⁽¹⁾. Tutela que é exercida pela Fundação Nacional

(1) No Código Civil (art. 6º, inciso III) os indígenas são incluídos como relativamente incapazes. Em parágrafo único do mes-

do Índio, órgão subordinado ao Ministério do Interior.

O exercício da tutela das sociedades indígenas pelo Governo Brasileiro tem merecido severas críticas. A política indigenista oficial sempre esteve marcada por nítidos objetivos integracionistas e de apropriação dos recursos naturais que estão ainda à disposição dos índios. Além disso, diversas intervenções do Estado deixam claro que os territórios ocupados pelas sociedades indígenas são oficialmente conceituados como temporários, pois a expectativa é a de que ocorrendo a integração dos formadores dessas sociedades na sociedade nacional, "tais territórios deixarão de ter razão para existir"⁽²⁾.

mo artigo destaca-se que "ficarão sujeitos ao regime de tutela, estabelecido em leis e regulamentos especiais (...)". Outrossim, a Lei 6.001, de 19/12/73, em vigor, dispõe sobre o Estatuto do Índio, estabelecendo as bases do exercício da tutela.

- (2) Recentemente SEEGER (1979:5) explicitou que "os conceitos nativos de terra e território, tanto a nível do uso de recursos como a nível da percepção social do espaço e das concepções jurídicas e políticas do território, tendem a se homogenizar com o contato e a dominação. A mais importante modificação (...) é a produção "espontânea" de uma concepção indígena de terra como espaço homogêneo, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional, e que distingue duas identidades étni -

Explica-se, assim, porque tem havido poucas preocupações governamentais com as consequências negativas que muitos projetos de construção de barramentos, destinados ou não à geração de energia, estão trazendo para as sociedades indígenas.

Segundo ASPELIN e SANTOS (1979:2), cerca de 100.000 hectares de terras indígenas, integrantes de onze áreas diferentes, serão atingidas por projetos de construção de barragens destinadas à geração de energia ou ao controle de cheias. Essas áreas são as seguintes:

"As áreas indígenas das Reservas de (1) Chapecó (SC) e (2) Ligeiro (RS) predominantemente Kaingang, e a área não reservada do (3) Irani (SC), ameaçadas pelos projetos hidroelétricos da Bacia do Rio Uruguai.

A área indígena Xokleng, (4) reserva de Ibirama, (SC), ameaçada pela barragem de controle de enchentes do

cas em oposição: os brancos (fora) e os índios (dentro). Nesta medida, a tendência recentemente identificável é a de um desenvolvimento de uma noção de propriedade do território contra os brancos, pensada a partir de um código jurídico-cultural imposto (e transgredido) pelos próprios brancos (...)"

Rio Itajaí do Norte.

A área indígena Guarani da (5) reserva de Mangueirinha, (PR), atingida pela represa de Salto Santiago, no Rio Iguaçu.

A área indígena Tuxá, reserva (6) Rodelas, (BA), a qual será inundada pela represa de Itaparica, no Rio São Francisco (a qual também ameaçará os (7) Pankararú, os (8) Truxá/Atikum, (PE).

A área indígena Parakanã, reservas de (9) Tucuruí e (10) Parakanã (PA), a qual será inundada pelo projeto da represa de Tucuruí, no Rio Tocantins (a qual também afetará os índios Gaviões da reserva de Mãe Maria, no mesmo estado); e

A área indígena Waimiri-Atroari, reserva (11) Waimiri-Atroari, (AM), a qual será inundada pelo projeto da represa de Balbina no Rio Uatumã".

Excetuando-se o Projeto Uruguai, formulado pela ELETROSUL, todos os demais projetos de construção de barramentos foram ou estão sendo desenvolvidos sem maiores considerações para com a problemática indígena. No máximo alguns consideraram a necessidade de indenizar os prejuízos que individualmente os índios atingidos sofreriam. No caso, as respostas dadas são as mes-

mas oferecidas para a população regional. Pagam-se os prejuízos concretos, sem nenhuma atenção para questões decorrentes, tais como angústia pelo deslocamento para outra área; perda de contatos sociais, ou mesmo perda em qualidade de vida, etc. Muito menos, pensa-se em indenizar os índios por perdas coletivas. Há casos que são estarrecedores, como por exemplo, o que está ocorrendo em Ibirama (SC), no posto indígena aí sediado, que abriga a população Xokleng. Ali o DNOS constrói uma barragem de contenção, integrando um complexo de controle da bacia do Itajaí. O grupo indígena afetado, desde há oito anos atrás vem sofrendo conseqüências do projeto, sem que tenha ocorrido sequer uma tentativa oficial de colocar os indígenas cientes do que está ocorrendo⁽¹⁾. Outrossim, a barragem de Tucuruí, que está sendo construída no rio Tocantins (PA), e afeta diretamente grupos ainda não contatados (Parakanaã), não conta com um antropólogo para tratar da questão. Um profissional, que fora contratado pela FUNAI para estabelecer uma estratégia de remoção dos indígenas ameaçados, teve seu contrato suspenso, tão logo emitiu críticas mais severas a respeito do aqodamento com que foram

(1) No momento, o DNOS está tentando acertar com a FUNAI um programa de indenização pelos prejuízos causados aos indígenas.

iniciadas as obras daquela barragem. Outrossim, as recomendações do renomado ecólogo Robert Goodland (1978), em relatório contratado pela ELETRONORTE, no que se refere aos índios, não têm sido consideradas. Diz Goodland objetivamente:

"que uma proporção do orçamento total seja especificamente alocada para a proteção contínua, o desenvolvimento social e atendimento médico para qualquer sociedade indígena afetada de qualquer maneira, como um todo, pelo projeto. Recomenda que o empreendedor de qualquer projeto prescreva os custos à FUNAI ou exija a contratação de serviços à FUNAI, em cada caso. Adianta que qualquer sociedade indígena afetada (...) deveria ser estudada minuciosamente por antropólogos, em relação aos efeitos do projeto. Sugere que o impedimento do usufruto, provocado por inundação ou desflorestamento deveria ser restituído em forma de terreno contíguo e equivalente".

Lamentavelmente, a ELETRONORTE, empresa responsável pela construção de Tucuruí, não levou em conta tais recomendações. No momento, em acordo com o IBDF, processa-se a exploração dos recursos florestais que serão atingidos pelas águas represadas. O

volume de madeiras a explorar é ponderável. Os lucros também. Contudo, os Parakanã não são considerados em todas as fases dessas transações. Provavelmente, sem condições mínimas de sobrevivência, simplesmente desaparecerão.

Claro está que as responsabilidades não são exclusivas das entidades responsáveis pelos projetos de barramentos. A FUNAI, órgão que exerce a tutela, não pode ficar à margem dos processos de tomada de decisões, quando essas ameaçam a sobrevivência ou o patrimônio dos contingentes tribais, sob seu amparo. Mas o indigenismo oficial, como tem sido demonstrado à sociedade, tem objetivos nitidamente integracionistas, admitindo com facilidade a exploração dos recursos naturais que estão ao dispor dos índios. Tal proceder, contudo, tem cada vez mais encontrado censuras. Ao nível interno - pela ação crítica contínua de antropólogos indigenistas e missionários - e ao nível externo, pelas pressões cada vez mais objetivas de profissionais da antropologia, pugnadores de direitos humanos, entidades científicas e civis e, mesmo, agentes financeiros.

É nesse quadro que ressalta a experiência efetivada pela ELETROSUL, ao propor o Projeto Uruguai. A ELETROSUL ao promover os estudos preliminares destinados a definir o projeto, contratou com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC um estudo destinado a avaliar as conseqüências que a construí

ção dos barramentos previstos teriam para os indígenas localizados na bacia daquele rio. Pelo que temos tido notícia, esta foi a primeira solicitação do gênero ocorrida no Brasil. E as recomendações feitas pelos antropólogos responsáveis pelo estudo⁽¹⁾ foram levadas na devida conta no momento da tomada de decisão, quanto a localização das diversas barragens. Tal experiência parece que se repete, agora através da CNEC, empresa consultora da ELETROSUL, no momento em que promove o levantamento do potencial energético da área do Parque do Xingú⁽²⁾.

Parece-nos, pois, claro que a conquista acelerada de novas fontes de energia hidráulica trará para os indígenas sobreviventes no Brasil problemas bastante sérios. Problemas que não estão sendo devidamente equacionados, na maioria dos casos. Problemas que em princípio têm suas complexidades minimizadas. Quanto as soluções, quando nelas se pensa, quase sempre se tem respostas improvisadas na tradição de domínio colonial que tem caracteri

(1) Veja-se UFSC, ELETROSUL, FUNAI. Projeto Uruguai. Os Barramentos e os Índios. Florianópolis, UFSC, 1978.

(2) A Antropóloga Lux Vidal, da USP, foi solicitada pela CNEC para emitir um primeiro relatório sobre a situação indígena nessa área, com vistas a fundamentar um futuro levantamento do potencial energético dos rios que cortam o Parque do Xingú.

zado as relações entre índios e brancos no Brasil. A experiência do Projeto Uruguai, destaca-se por tentar tanto o equacionamento adequado da problemática indígena, como a busca de uma metodologia destinada a solucionar os múltiplos problemas que certamente os índios aldeados na bacia do Uruguai sofrerão com a implantação das diversas barragens. A valorização dessa experiência é fundamental para o resguardo dos interesses das sociedades indígenas.

Os riscos de tais empreendimentos para os indígenas são cada vez mais claros. Vão desde a perda de terras até o enfrentamento de situações inteiramente novas de trabalho, de vida e de ecologia. Obter vantagens desse quadro, que parece inicialmente tão negativo, deve ser um objetivo permanente dos indígenas. À eles deve ser dado o direito de negociar a perda das potencialidades energéticas que se concentram no interior ou na periferia dos territórios que ocupam. Negociar, evidentemente, com vantagens que permitam o melhor enfrentamento com a sociedade nacional, que os oprime e submete.

II. OS ÍNDIOS E A SOCIEDADE REGIONAL:

II.1. Índios e Não-Índios na Região Sul.

Na região sul vivem atualmente 10.000 (dez mil) índios em Postos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio. A maioria integra o grupo Kaingang; os demais são Xokleng, Guarani e Xetá. Além dessa população aldeada existem índios dispersos, vivendo tanto na área rural, como nas vizinhanças de núcleos urbanos.

De acordo com estudos linguísticos os Kaingang e os Xokleng são membros do tronco Jê. Os Guarani e os Xetá filiam-se ao tronco linguístico Tupi⁽¹⁾.

Toda a população indígena existente na região tem uma larga e quase sempre dramática experiência de convívio com a sociedade nacional⁽²⁾.

Distribuídos pelos Estados do Rio Grande do Sul, San-

(1) Ver a contribuição de A.D.A. Rodrigues, 1971, em Grande Enciclopédia Delta Larousse, "Língua", Editora Delta S/A. Rio de Janeiro, p. 4034-6.

(2) Os estudos de Silvio Coelho dos Santos (1970, 1973, 1975, 1979) de Cecília M.V. Helm (1974, 1975, 1977 e 1979) e de Maria Lígia Pires (1975) constataram este fato.

ta Catarina, Paraná e São Paulo, os Kaingang são um dos maiores grupos indígenas do Brasil atual. Desde o início da ocupação de seus territórios até os dias de hoje foram utilizados como mão-de-obra, em várias tarefas, por fazendeiros, missionários e agentes oficiais da sociedade nacional em expansão, que se instalaram na região sul.

Apesar da criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, - quando os grupos tribais foram localizados em postos indígenas e suas terras passaram a ser resguardadas da cobiça dos "brancos", - a demarcação definitiva das áreas ocupadas pelos índios da região sul está sendo demorada e vários conflitos têm ocorrido, devido a questão de invasão de terras e exploração dos recursos naturais existentes nas reservas. A exploração das melhores terras agriculturáveis pelos colonizadores e intrusos tem gerado atritos entre índios e não-índios, pois, sendo os Kaingang lavradores necessitam da terra para o cultivo de suas roças.

Os Xokleng estão localizados em Santa Catarina, no PI Ibirama, no alto Vale do Itajaí. A história do contato entre os Xokleng e componentes da sociedade nacional foi particularmente dramática. A resistência que opuzeram à penetração dos "civilizados" foi contínua e somente depois da criação do SPI o contato passou a ser pacífico. Sujeitos a situações de trabalho em que predomina a espoliação, a maioria dos Xokleng hoje sobrevive pela execução de atividades de extração de produtos florestais. O cul-

tivo da terra é praticado de maneira precária por eles⁽¹⁾.

Outrossim, pequenos grupos de Índios Guarani estão localizados em alguns postos indígenas e, também, em núcleos urbanos. Os que vivem junto aos postos somam aproximadamente 3.000 indivíduos. A maioria dos Guarani perambula de um lugar para outro. Os Guarani ora estão na periferia de Porto Alegre, ora nas vizinhanças de Florianópolis e Curitiba. Possuem uma larga experiência de viagens. Os Guarani não usam muito o posto indígena⁽²⁾. Essa situação particular dos Guarani leva-os a viver como marginais dentro das áreas indígenas. Não há na região sul um posto especificamente criado para atendê-los. Os que existem foram originalmente criados para os Kaingang e/ou Xokleng. Devido às disputas tribais que ocorreram no passado estes grupos desenvolveram esteriótipos uns em relação aos outros. Assim, os Guarani são, muitas vezes, identificados como intrusos ou apontados como índios diferentes pelos Kaingang, que disputaram com eles os territórios do sul do país.

Tanto os Kaingang, como os Guarani, se movimentaram

(1) SANTOS, 1975:23

(2) SANTOS, 1975:24 e PIRES, 1975:45.

recentemente⁽¹⁾ para expulsar, com êxito, os civilizados que exploravam suas terras. Em Mangueirinha, no Estado do Paraná, os índios ali aldeados tentam, hoje, ocupar novamente as terras apropriadas por uma grande empresa madeireira que explora, há vários anos, as riquezas naturais de parte do seu território⁽²⁾.

Ainda na região sul sobrevivem índios do grupo Xetá. São menos de dez indivíduos localizados em postos indígenas, no Estado do Paraná. Ocupavam a região da Serra dos Dourados, a noroeste deste Estado. Foram localizados por agentes da frente cafeeira que colonizou a região. Os Xetá foram totalmente dizimados pelas doenças dos "brancos". Eram índios caçadores, nômades. A demora burocrática em criar um parque destinado a preservação do ambiente tradicional dos Xetá, garantindo condições para a sobrevivência desta tribo, contribuiu para a rápida extinção do grupo. Hoje, os poucos indivíduos restantes vivem junto aos pos-

(1) Leia-se o Estado de São Paulo, 9/11/78 "Nonoai: crime não encerra ocupação" e Correio de Notícias, 19/4/79 "Violência contra os índios", e Jornal do Brasil, 9/11/78 "Posseiro é morto em ataque".

(2) Em a Gazeta do Povo, 4 a 6 de dezembro de 1979, o Estado do Paraná, em 1º/1/80 e 10/2/80 e O Globo de 13/2/80 há notícias sobre este movimento.

tos criados para dar assistência aos Kaingang. Assim, falam a língua Kaingang e o português⁽¹⁾.

Os Kaingang, os Xokleng e os Guarani falam suas próprias línguas dentro de seus domínios. Porém, comunicam-se em português uns com os outros e, com os regionais, que são os vizinhos das áreas indígenas.

Cada índio se identifica como membro de uma determinada tribo e chama de "os outros", os de fora. Ainda emprega o termo "os outros" com relação aos não índios, que geralmente chama de "português" ou "civilizado"⁽²⁾. Quando diz "nós", os índios - os donos desta terra - está se referindo a todos os índios, porém distingue cada etnia por um termo: os Kaingang, os Guarani, os Xetá, etc.

Os indígenas da região sul são tutelados pelo Este-

(1) Os índios Xetá foram visitados por José Loureiro Fernandes, que escreveu alguns artigos sobre estes indígenas. Do grupo resta um excelente documentário fotográfico arquivado no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

(2) "Português" é o termo empregado pelos indígenas ao se referirem aos não-índios.

do (1), como os demais grupos tribais que vivem em território nacional: São grupos considerados aculturados, e estão aldeados em postos indígenas, chefiados por funcionários da Fundação Nacional do Índio. Os chefes de postos são mediadores entre os índios e o órgão oficial que decide sobre o seu destino. Em cada posto, além do chefe há uma enfermeira, um professor, um ou dois monitores bilíngues, um técnico agrícola e, eventualmente, mais algum funcionário, ajudante do chefe.

O cacique serve de intermediário entre os índios e o chefe. Além do cacique há a polícia indígena, para proteger as fronteiras de cada reserva e zelar para que as ordens do chefe sejam cumpridas. Em vários postos há o conselho indígena, que tradicionalmente reúne os índios e discute as aspirações e reivindicações de cada tribo. O monitor bilíngue é um índio que realizou curso em escola especial mantida pela FUNAI, no Posto Indígena Guarita (RS) e, auxilia o professor (em regra, um civilizado), na tarefa de introduzir os índios na aprendizagem da leitura e escrita.

Os postos indígenas têm a função de acolher a todos

(1) Veja-se a Lei nº 6.001 de 19/12/1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

os índios. Em tese os chefes de postos indígenas devem zelar pela defesa das terras e riquezas das reservas. Cada chefe recebe a incumbência de administrar o trabalho das famílias indígenas e arrecadar fundos para colocar em prática projetos para ajudar a manter os índios. Deve supervisionar o funcionamento da enfermaria, que oferece assistência aos índios. Também é atribuição do chefe encaminhar as crianças indígenas à escola. Os chefes são pessoas que têm o poder de dar portarias - autorização - aos índios que desejam sair por tempo determinado da reserva indígena, seja para visitas aos parentes distantes, ou para trabalhar fora da área, entre os regionais. Cada chefe deve zelar para que as terras do posto indígena, sob sua responsabilidade, não sejam invadidas por terceiros. Outra atribuição é cuidar das benfeitorias construídas dentro das reservas.

Quanto às condições de vida dos grupos indígenas sobreviventes no Brasil Meridional, pode-se dizer que são determinadas pelo sistema de relações interétnicas que os envolve. E, pela maneira de produzir "tipicamente" capitalista, que predomina na região sul, ainda que essas populações tenham uma organização interna, em que não prevalecem as relações capitalistas de produção.

Os índios da região sul podem ser caracterizados como pequenos produtores e consumidores de bens industrializados, adquiridos nas casas comerciais das pequenas cidades do interior

dos estados que formam a região. Cultivam milho, feijão e tubérculos. Para garantir a sobrevivência, cada família faz roças que variam de tamanho entre um a cinco alqueires. Uma parte da produção é separada para o consumo e uma outra, bastante reduzida, é comercializada nas "vendas"⁽¹⁾. Os Kaingang, os Xokleng e os Guaraní passaram a vender uma parte de sua produção de subsistência, à medida em que se deu a ocupação da região pelas frentes pioneiras que colonizaram os territórios anteriormente habitados por essas tribos. O contato com os regionais criou a necessidade de obterem dinheiro para as trocas. Passaram a consumir bens industrializados, como o sal, açúcar, remédios, calçados, roupas, rádios de pilha, máquinas de costura. Organizam suas roças de subsistência à base de relações de parentesco e ajuda mútua. Alguns índios dispõem de animais, que utilizam nos trabalhos no roçado. Entre os Kaingang, cada unidade familiar produz sua própria roça e se constitui em uma unidade de produção e consumo independente. Do processo produtivo participam o homem, a mulher, os filhos maiores de dez anos e eventualmente, um membro da família,

(1) Venda é o termo usado na região sul, para casas de comércio. Em alguns lugares chamam de "negócio" ou "bodega".

sogro ou sogra, pessoa viúva ou separada, que mora na casa. A unidade de residência corresponde à família elementar. Nos períodos de entressafra intensificam a confecção de artesanatos. Fazem ba laios, cestos, peneiras e chapéus que são vendidos em cidades próximas.

Outra alternativa que os índios da região sul tem para enfrentar o período de entressafra e aproveitar seu tempo, uma vez que o roçado não os absorve todos os meses do ano, é a de oferecer sua força de trabalho aos civilizados, que vivem dentro ou na periferia da área indígena. Os índios realizam tarefas como o corte do mato, a limpeza das roças, colheita e transporte de cereais. O trabalho realizado para os "brancos" é ajustado por dia e sempre inferior à diária regional.

Até pouco tempo atrás os índios também trabalhavam para os arrendatários das terras das reservas⁽¹⁾. A partir do momento em que a FUNAI proibiu os arrendamentos⁽²⁾ os pequenos produtores - geralmente safristas - encontraram uma outra forma de continuar explorando as terras e a mão-de-obra indígena. Entram em

(1) Ver os trabalhos de C.M.V. Helm, 1975 e 1977.

(2) Pela Lei nº 6.001 de 19/12/73 são proibidos os arrendamentos das terras da União, que são usufruídas pelos indígenas.

entendimentos com os índios mais necessitados e contratam os serviços de uma roça. Encomendam a roça, escolhem o terreno onde deverá ser feita, estipulam o tamanho e o preço e atribuem a um índio a responsabilidade de preparar o roçado. Este contrato é verbal e feito entre o índio e o regional. O chefe do PI e o cacique servem como testemunhas. Geralmente um índio (o que aceitou o trato) fica como o "dono da roça" e arregimenta outros, para realizarem conjuntamente o roçado⁽¹⁾.

Se, por um lado, os índios realizavam tarefas para os pequenos produtores em terras da reserva, também estão engajados em relações de trabalho fora dos domínios de cada posto indígena. Os lavradores que são vizinhos das áreas indígenas entram em entendimentos diretamente com os chefes do PI e os caciques, para autorizarem a saída de alguns índios para realizarem tarefas em suas propriedades.

Porém há lavradores e fazendeiros (alguns médios ou grandes proprietários) que não vão tratar diretamente os serviços de uma "turma" de índios. Entram em contato com os "gatos", que são os intermediários na relação. O "gato" é um empreiteiro que

(1) Esta relação de trabalho foi descrita por Cecília M.V. Helm, 1974 e 1977.

recebe uma importância "X" em dinheiro, para dar conta da empreitada. Arregimenta índios para o serviço. É o "patrão" temporário e o fiscal. A tática empregada pelos "gatos" para atrair os índios para o trabalho fora do Posto Indígena é a de garantir o fornecimento inicial na venda local, onde o índio obtém o que necessita para o consumo de sua família, enquanto estiver fora dos limites da reserva. O restante do pagamento deverá ser feito depois de cumprida a tarefa. O "gato" leva de caminhão a "turma" de índios que arregimenta, até a propriedade do fazendeiro. Ali fiscaliza os serviços e terminada a tarefa leva os índios até o posto.

O preço pago pela diária é sempre inferior ao que recebem os demais bóias-frias não-índios, que disputam no mercado regional um emprego temporário para sobreviver. Os "brancos" criaram uma série de esteriótipos acerca dos índios, como "preguiçosos", "cachaceiros", "sujos", para afastarem do mercado de trabalho os indígenas que concorrem com eles por uma jornada. Deste fato tiram proveito os "empregadores", que passam a pagar menos pelo braço indígena.

11.2. A história do Posto Indígena Ligeiro

Embora conhecido, o sul do país só foi ocupado de forma intensiva por frentes de expansão da sociedade nacional a partir da segunda metade do século XIX. Nos séculos anteriores "houve uma ocupação pouco expressiva, que tinha como principais atividades econômicas a criação de gado nos campos, o cultivo de cana-de-açúcar em certos pontos da faixa costeira e incipientes culturas temporárias nas orlas florestais" (IBGE 1977 v. 5:145).

Contudo, a região já era ocupada por grupos indígenas que aqui tinham seu habitat tradicional.

"Confrontando mapas atuais e informações para as outras épocas, temos que os GUAIANÁ descritos por SERRANO, com as suas parcialidades, ocupavam uma área florestada do Alto Uruguai tendo como limite extremo aproximativo para oeste o Rio Piratini, para leste as nascentes do rio Uruguai (rio Pelotas) e para o sul a bacia do Cai". (BECKER 1976: 14).

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o grupo vivia i solado ou em contato intermitente com o bandeirante português . SCHADEN (1963:74) registra como fato importante na pacificação

dos Kaingang do Rio Grande do Sul, a fundação em 1630 de uma redução jesuítica, Conceição, no alto curso do rio Uruguai. Esta, localizava-se no território dos GUANDANÁ⁽¹⁾ e agregou num determinado momento um total de 3.000 índios.

Além da redução jesuítica da Conceição, foram fundadas outras, como de Guaíra (PR), Tapes (RS), e Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (RS). Estes aldeamentos sofriam ataques de bandeiras paulistas, que se deslocavam para o interior em busca dos indígenas já contatados, para vendê-los em São Paulo e outras regiões como escravos. Dessa forma

"os paulistas não vinham fazer suas incursões preadoras de índios somente através do litoral, utilizando em barcações a vela que facilitavam o acesso às aldeias. No interior, seguindo rotas aprendidas com os indígenas, os mamelucos de São Paulo penetraram nos sertões do sul e encontraram nas missões que os jesuítas espanhóis haviam fundado junto aos Guarani as novas fontes para o abas-

(1) Deve ser uma corruptela do termo Guaianá, nome dado aos ancestrais dos Kaingang.

tecimento do mercado de escravos que florescia (...). No vai e vem das expedições às reduções jesuíticas, os paulistas desbravaram os sertões do Brasil sul, travaram contato com outros grupos tribais e motivaram o deslocamento para novos territórios, com implicações de disputas intertribais, de grupos que procuravam fugir a sua aproximação". (SANTOS 1973:42-43).

Se durante este período, na região sul, os confrontos entre os grupos indígenas e a sociedade nacional eram esporádicos, com o advento da economia mineira, e a crescente necessidade de animais de carga, os paulistas invadem os campos rio-grandenses a fim de prear gado. Surge assim, o famoso "caminho do sul", entre Sorocaba e Viamão que seria a rota do povoamento dos campos meridionais. Às margens do caminho surgiram os primeiros estabelecimentos, que posteriormente se tornaram povoações.

Por volta de 1810, o Governo Imperial estabelece o núcleo de Guarapuava.

"A conquista das pastagens de Guarapuava e Palmas é devida à expansão dessa frente criadora que invade os territórios tribais, notadamente as

áreas tradicionais dos Kaingang, apoiada pelos interesses políticos da Metrópole. Para proteger as fronteiras sulinas das incursões dos espanhóis, o Governo organiza expedições de caráter militar e povoador. Funda inicialmente um povoado para garantir a defesa do oeste e dar proteção aos criadores e fazendeiros, que se estabelecem naqueles campos e recebem continuamente ataques dos grupos que permanecem hostis ao contato". (HELM 1974:45-46).

A fixação nesta região de contingentes da sociedade nacional provocou a disputa pela terra. Os grupos indígenas arredios, freqüentemente em defesa de seu território, atacavam a população branca que se fixava na região. Neste processo de expulsão dos indígenas e ocupação do território, a sociedade envolvente utilizou-se além da proteção oficial, do aliciamento de grupos indígenas já pacificados, que em troca de favores protegiam os povoados e fazendas e atacavam os grupos arredios.

"Essa mesma frente usa os índios "mansos" como guias na exploração de novas áreas, conhecedores como eram dos caminhos que levavam a outros campos, bem como os engaja como mão-de-obra, nas fazendas de criar e em atividades

agrícolas, que garantem a subsistência de núcleos de povoamento". (HELM 1974:47).

A ocupação da área, anteriormente sob o domínio dos Kaingang, que se intensifica a partir da segunda metade do século XVII, submete estes grupos a pressões crescentes que, em muitos casos,

"determinaram a perda de seus territórios tradicionais, o engajamento compulsório nas atividades produtivas de fazendas ou vilas, a dispersão e a depopulação e, eventualmente a extinção integral de alguns grupos". (MOREIRA NETO 1971:381).

As ações indigenistas desenvolvidas pelo império, visavam em primeira instância a integração dos indígenas. Esta integração ocorreria com a utilização de sua força de trabalho, nas áreas rurais, em obras públicas, como construção de estradas. Contudo, apesar dos esforços de integração, numerosos grupos indígenas na região não se submetem e continuam a desfechar ataques às vilas, fazendas e povoações dos civilizados.

"Acossados pela ocupação rápida de partes do seu território tradicional, nas duas últimas províncias, grupos inteiros se deslocam conti-

nuamente em direção as regiões menos ocupadas das duas províncias mais meridionais do Império, intensificando as tensões e conflitos inter-tribais nessas regiões de refúgio, além de sortidas ocasionais contra comunidades nacionais". (MOREIRA NETO 1971:395).

Durante o século XIX, ocorrem dois processos que interferem no território e na organização dos grupos, inicialmente a colonização alemã e italiana, a partir de 1824 e 1875, respectivamente, fundamentada na pequena propriedade, na mão-de-obra familiar e na policultura. O segundo processo é a catequese efetivada por jesuítas. Os dois fatores exerceram grande influência no grupo

"quer pressionando-o no seu território e levando-o a reações violentas que podem responder pela atuação hostil do selvagem, quer agindo como elemento transformador de certos padrões sócio-culturais ao ponto de levá-los à quase desintegração, como os vamos encontrar no século seguinte". (BECKER 1976:15).

Ainda no século XIX, os frequentes conflitos dessas populações com a sociedade nacional, provocaram a implantação da

política de aldeamentos, pelo Governo Brasileiro, que objetivava antes de tudo a liberação das terras e a proteção da população civilizada que se localizava na região. Representativo dessa política é o caso do aldeamento de Nonoai, escolhido para se transformar em centro aglutinador de indígenas. Contudo, vários grupos Kaingang, em razão de conflitos intra-tribais ocorridos na região de Guarapuava, recusaram serem aldeados em Nonoai, refugiando-se em outras áreas.

No ano de 1880,

"eram registrados os seguintes aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Nhacorá (tribo Fong: 250 hab.); Guarita (Fong: 110 hab.); Pinheiro Ralo (Fong: 140 hab.); Nonohay (tribo Nonoai: 285 hab.); Campo do Meio (? 90 hab.); Pontão (tribo Doble, que afinal se negou a ser internada em Nonoai: 200 hab.); Cazeros (provavelmente tribo do capitão Chico: 140); Campos de José Bueno (? : 50 hab.). (MOREIRA NETO 1971:398).

Os indígenas do aldeamento de Nonoai à época foram engajados no trabalho de construção de estradas, que abriram a região para uma ocupação cada vez mais intensiva por contingentes da sociedade antes do fim do século, pela fixação de colonos

nacionais ou estrangeiros na área.

"Mais uma vez, portanto, obedecendo aos padrões usuais, os índios são engajados em uma atividade que contraria seus direitos e interesses mais elementares. A submissão forçada do índio a um regime de espoliação, de maus tratos e de marginalidade crescente" continua a ser efetivada. (MOREIRA NETO 1971:398).

De acordo com as informações disponíveis, os habitantes do aldeamento de Campo do Meio, situado na região do Alto Uruguai, são os prováveis fundadores do PI Ligeiro. METRAUX (1964 I:449) indica para o ano de 1850, cerca de 90 indígenas localizados neste aldeamento. A Lei das Terras, datada deste ano, dava ao Estado o poder de regularizar as possessões e delimitar áreas aos indígenas. Com a crescente ocupação das áreas por imigrantes, os indígenas foram sendo expulsos e seus aldeamentos exterminados. Justifica-se assim a constante instabilidade de destes aldeamentos.

HENSEL (1928:68; In: BECKER 1976:77) afirma que o aldeamento de Campo do Meio era uma

"concentração de índios que resultou da ação do Governo Imperial, cujo objetivo era fazer os Coroados

saírem do mato e serem aldeados em lugares certos. Em 1866, Campo do Meio é mencionado como tendo um contingente populacional de 120 índios, que se dedicam a uma agricultura de subsistência" TESCHAUER (1929: 290-291 In: BECKER 1976:77).

De 1909 a 1913, sob o Governo do Dr. Carlos Barbosa (Presidente de Estado) e por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização da então Secretaria de Obras Públicas, procedeu-se à medição e demarcação dos principais toldos⁽¹⁾ indígenas no Rio Grande do Sul⁽²⁾. O Posto Indígena de Ligeiro foi um dos primeiros a ter sua área demarcada em 1909.

Até 1941, estas demarcações foram respeitadas, porém,

(1) O termo Toldo indicava o local onde se agrupavam contingentes indígenas. Atualmente, na região sul designa um acampamento que não está sujeito à administração da FUNAI.

(2) Nesta demarcação, o Toldo de Nonoai recebeu 34.908 ha.; Guarita 23.187 ha.; Inhacorá 5.859 ha.; Serrinha 11.950 ha.; Ligeiro 4.552 ha.; Cacique Doble 5.450 ha.; Votouro 3.104 ha.; Guarani 741 ha.; Ventarra 733 ha.; e Carreteiro 601 ha.

quando o SPI, resolveu assumir a administração dos toldos indígenas de Nonoai, Guarita e Cacique Doble, o Interventor Federal do Estado por despacho de 28 de março de 1941, determinou a fixação definitiva da área de terras necessárias aos índios dos toldos de Guarita, Nonoai e Serrinha, sob a justificativa de que a ação dos agentes daquele órgão federal, extraindo madeira para a construção de casas, poderia conduzir a devastação das florestas que ainda conservavam a flora típica da região. Adotou-se então como critério para a medição das áreas indígenas, um mínimo de 75 ha. para cada família e 25 ha. para cada índio solteiro. O restante seria transformado em Reservas Florestais ou distribuído à agriculturas sem terras. O resultado deste processo foi a espoliação de mais de 30.000 ha., a redução violenta das áreas indígenas bem como a extinção de algumas delas, cujos contingentes populacionais foram agregados a outros postos indígenas do Estado. É o caso de Ligeiro, que recebeu parte da população dos toldos de Serrinha e Ventarra, atualmente extintos.

Em 1962, ocorreu nova investida do Governo do Estado do RS, sobre as áreas indígenas. Através do processo nº 15.703/61, a Diretoria de Terras e Colonização procedeu à subdivisão dos Toldos de Inhacorá, Votouro, Guarani e Ventarra. Desta vez, reservou-se 20 ha. de terra para cada família, e o restante foi distribuí-

do aos agricultores civilizados.

O posto indígena Ligeiro, a partir de sua demarcação não sofreu redução de área, provavelmente porque esta estava sob controle federal. Contudo, este fato não impediu que a reserva fosse ocupada por arrendatários e intrusos civilizados. De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho FUNAI-INCRÁ-GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975:26), localizavam-se nesta área, 120 famílias civilizadas, que perfaziam um total de 723 pessoas. A maioria das famílias (68%) entrou na área com o consentimento da FUNAI e ou SPI, através de contratos de arrendamento. Além dos arrendatários, encontrava-se neste PI a categoria de subarrendatários (cerca de 30%).

O intrusamento teve início há 40 anos atrás, com o apoio oficial. Os civilizados que invadiram e ocuparam a área, na sua maioria se constituíam em agricultores sem terra, ou com uma porção insuficiente de terra.

Em 1975, ano em que foi feito o levantamento, os intrusos ocupavam 1495,7 ha., isto é 39% do total da área.

De acordo com informações do atual Chefe do PI, Sr. Lourinaldo Waldereys Veloso, a expulsão dos intrusos ocorreu sem violência. Após os conflitos ocorridos em Rio das Cobras (PR), Noioi (RS) e Chapecó (SC) os indígenas do PI Ligeiro se organiza-

ram para repetir o processo. A FUNAI, bem como a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, apoiaram e deram cobertura aos índios na ação.

Objetivando a saída pacífica dos arrendatários, o Conselho Indígena, o Cacique e o Chefe do Posto Indígena, realizaram algumas reuniões com os intrusos, onde se estabeleceu um prazo máximo para o abandono da área e as condições em que esta se efetuará. Assim, ficou estipulado que os arrendatários colheriam suas plantações e poderiam levar suas benfeitorias.

A maior parte das famílias intrusas aceitou a decisão do Conselho Indígena e começou a abandonar a área, estabelecendo-se como agregados em propriedades vizinhas ou dirigindo-se para centros urbanos em busca de trabalho.

Cerca de 50 famílias se recusaram a sair. Tentaram obter autorização do governo para permanecerem na área. Organizaram comissões, solicitando o apoio da Prefeitura do Município de Tapejara. Os índios e a FUNAI recusaram a proposta, pressionando os intrusos.

Em fins de 1978, todos os intrusos já haviam deixado a área. Os indígenas, orientados pelo cacique Leonídio Braga e pelos membros do Conselho Indígena, iniciaram um processo de ocupação da terra liberada. Assim, o setor Rondon e o Paraná, anterior

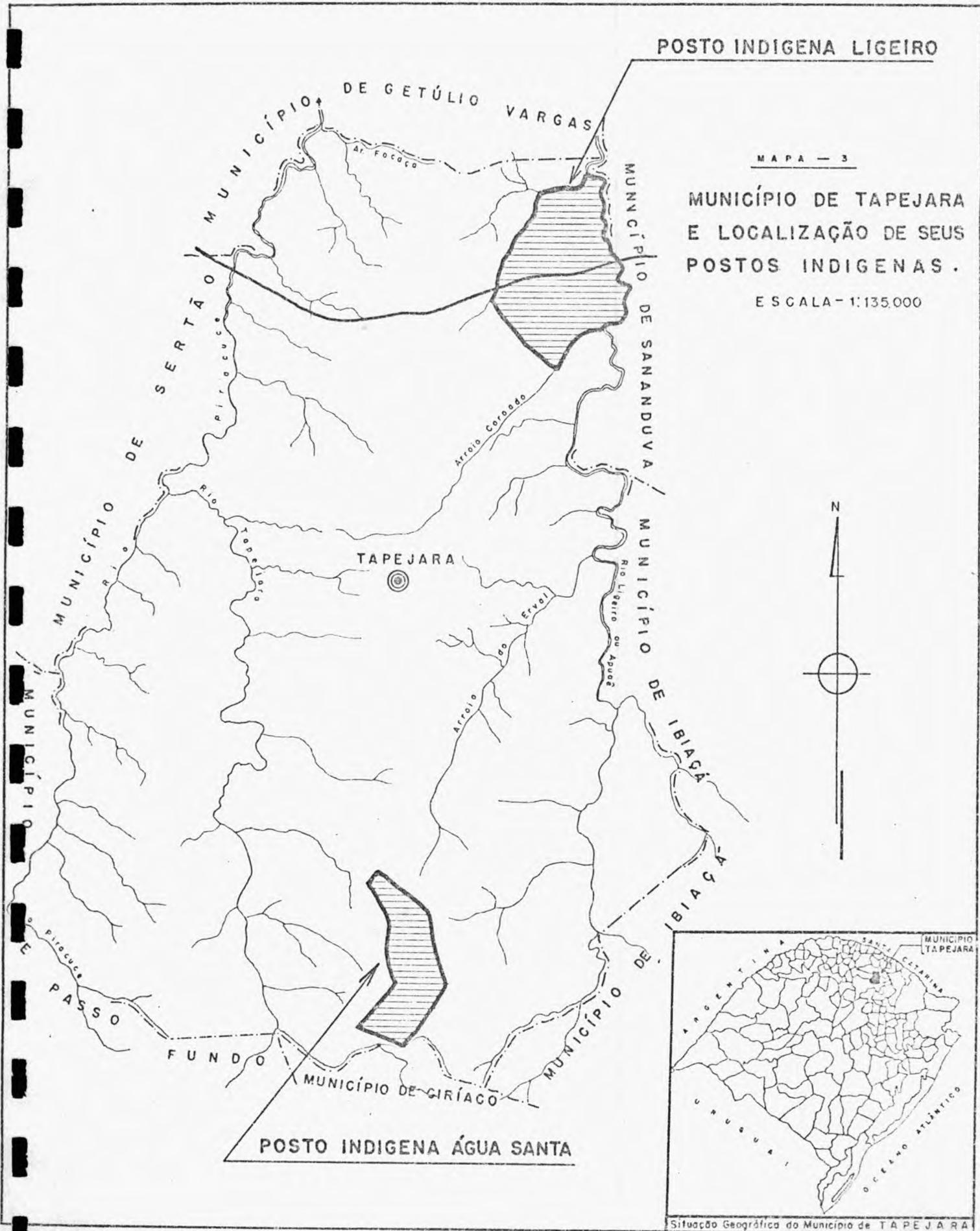
mente explorados pelos civilizados, foram reocupados pelos índios, que hoje realizam roças e mantêm o domínio sobre a terra.

11.3. Caracterização da Sociedade Regional

O Posto Indígena Ligeiro está localizado no município de Tapejara, na micro-região colonial de Erechim (RS).

Dentro do Estado do Rio Grande do Sul, essa região tem características específicas, que a distingue das demais. Possui uma relevante produção agrícola, estruturada na pequena propriedade e com alta densidade demográfica. Além disso, sua população é formada principalmente por contingentes de origem italiana que passaram a ocupar a área a partir do início deste século, vindos de outras regiões do estado, ou, então diretamente da Itália. Estabeleceram-se como pequenos proprietários em seus lotes coloniais desenvolvendo atividades agrícolas básicas, ao lado de pequena criação de animais. A medida que as colônias se tornaram estáveis, cresceu também a produção. Esta passou a ser comercializada, permitindo acumulação de capital e a formação incipiente de um parque industrial. Muitos dos antigos núcleos populacionais transformaram-se em cidades, centralizando as decisões regionais. É o caso da cidade de Erechim, que se tornou o principal polo de influência regional.

Independentemente das notáveis transformações ocorridas na micro-região colonial de Erechim durante todo esse tempo,



a área ainda conserva muitas das características fundamentais que a determinam.

A pequena propriedade ainda é o traço marcante de sua estrutura fundiária, como podemos observar no quadro abaixo:

Estrutura Fundiária - 1972

TOTAL		Minifúndio		Empr. Rurais		Latifúndio p/Expl.	
Nº de Estab.	Área ha.	Nº de Estab. %	Área %	Nº de Estab. %	Área %	Nº de Estab. %	Área %
44.177	1.122.367	87,05	59,24	4,00	12,82	8,95	27,96

Fonte: INCRA - Cadastro de Imóveis - 1972⁽¹⁾.

Soma-se a isto a importância predominante da agricultura, que tem na soja e no milho seus produtos básicos. Destaca-se depois o trigo e a suinocultura. Esta teve o seu crescimento favorecido pelos contornos minifundiário da região e pela abundância do milho ali existente,

Contudo, o crescimento da soja na região foi muito intenso nos últimos anos, favorecido pela alta cotação do produto no mercado internacional. Os quadros abaixo permitem avaliar

(1) ELETROSUL. Relatório: Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - Estudo de Inventário Hidroenergético, 1979, vol. 4 e 5: IV-56.

a intensificação da produção da soja:

Produção de soja no período 1971/77 (1.000 T.)

<u>1971</u>	<u>1972</u>	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>	<u>1976</u>	<u>1977</u>
67,0	138,0	170,0	404,0	466,0	486,0	604,0

Evolução da área destinada a cultura de soja 71-77 (ha.)

<u>1971</u>	<u>1972</u>	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>	<u>1976</u>	<u>1977</u>
63.277	107.690	131.625	267.724	295.660	311.640	363.950

Fonte: CEPA/SC, ITEP/SC e FEE/RS⁽¹⁾.

O cultivo da soja ultrapassou até mesmo o milho tradicionalmente plantado, na região, como podemos ver em seguida:

Produção de milho no período 1971/77 (1.000 T.)

<u>1971</u>	<u>1972</u>	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>	<u>1976</u>	<u>1977</u>
429	415	412	375	362	378	416

Evolução da área destinada a cultura de milho 1971/77 (ha.)

<u>1971</u>	<u>1972</u>	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>	<u>1976</u>	<u>1977</u>
271.492	269.920	250.785	230.969	209.316	219.829	230.580

Fonte: CEPA/SC, ITEP/SC e FEE/RS⁽²⁾

Cabe finalmente avaliar a produção industrial da micro região de Erechim, que não tem a mesma importância oferecida pela agricultura. Seu crescimento é mais recente e desponta com maior

(1) Idem IV - 58.

(2) Idem IV - 59.

intensidade nas concentrações urbanas mais significativas como é o caso da própria cidade de Erechim. O quadro seguinte permite avaliar a sua potencialidade:

Dados Gerais das atividades Industriais 1960/65/70

Nº de Estab.			Pessoal Ocupado			Valor da Prod. (Cr\$ 10 ⁶)		
1960	1965	1970	1960	1965	1970	1960	1965	1970
857	1.373	1.029	4.391	5.726	5.064	3.018	52.420	173.365

Fonte: IBGE - Censos Industriais⁽¹⁾.

A produção industrial da região é muito diversificada. Em épocas passadas (1930-50), o beneficiamento da madeira principalmente o pinheiro, constituia grande fonte de lucro. O gradativo desaparecimento dos pinheirais e o intenso desflorestamento que pode ser observado hoje na região, permitiu a constituição de um parque industrial mais estável que basicamente apoia-se na fabricação de produtos alimentares.

Contudo, no sentido de melhor apreender a sociedade regional com o qual os índios do PI Ligeiro mantém contato sistemático, é necessário traçar um perfil econômico e social mais localizado dessa mesma sociedade.

(1) Idem IV - 60.

Elegemos para uma amostra representativa, características básicas de municípios que possuem limites com Tapejara , pois é neste município que se localiza o PI Ligeiro.

Os dados da estrutura agrária e de produção confirmam de modo inequívoco, as tendências básicas já apontadas. Examinemos rapidamente os dados disponíveis⁽¹⁾ sobre a distribuição da propriedade em alguns desses municípios:

(1) Dados obtidos junto ao IBGE, de Tapejara.

Estrutura Agrária de Municípios limítrofes com Tapejara.

GETÚLIO VARGAS			IBIAÇA		SANADUVA		SERTÃO	
Área (em ha.)	Nº propr.	Total (ha.)	Nº propr.	Total (ha.)	Nº propr.	Total (ha.)	Nº propr.	Total (ha.)
Menos de 1 ha.	29	13	-	-	2	1	7	4
1 a 2	39	51	6	9	19	22	14	17
2 a 5	201	633	65	211	102	311	67	222
5 a 10	338	2.284	203	1.375	215	1.466	192	1.327
10 a 20	966	13.128	283	1.391	469	6.386	345	4.770
20 a 50	1.195	35.013	352	10.587	540	16.211	393	11.603
50 a 100	2.066	16.888	83	5.435	115	7.659	125	8.268
100 a 200	39	5.217	34	4.336	10	1.298	27	3.644
200 a 500	9	2.983	21	6.834	14	4.179	18	5.267
500 a 999	1	925	6	13.720	6	4.306	7	4.503
1.000 a 1.999	1	1.100	3	3.262	-	-	1	1.583
T O T A L	83.804	78.234	1.056	39.659	1.492	41.838	1.196	41.209

Fonte: IBGE - 1979

Os números demonstram de forma concreta uma notável característica regional, marcada pela presença intensiva da pequena propriedade agrícola. Exemplos peculiares são demonstrados pelos municípios de Getúlio Vargas e Sananduva, onde os lotes se distribuem basicamente em torno de 10 a 20 ha., entre 20 a 50 e 50 a 100 ha. A presença de grandes propriedades, muito rarefeita nos municípios em exame, localizam-se nas chamadas regiões da "campanha", constituídas de terras planas e muito apropriada para a criação de gado. Essas regiões abrigam principalmente populações luso-brasileiras, pois a colonização italiana ocupou as regiões de "serra", consideradas pelos colonos como "de terra mais fértil" e portanto melhor apropriada para a agricultura.

O índice de produtividade desses mesmos municípios confirmam a regra geral da região, já apontada. Economia predominantemente agrícola com destaque especial para a soja, produzida inclusive para os mercados internacionais.

GETÚLIO VARGAS

Produto	Área plantada (ha.)	Produção (T)
1 - Soja	45.100	45.100
2 - Milho	20.500	10.250
3 - Arroz	1.700	4.500
4 - Trigo	3.500	4.025

IBIAÇÁ

Produto	Área plantada (ha.)	Produção (T)
1 - Soja	19.000	17.100
2 - Milho	9.000	13.500
3 - Trigo	2.500	1.500

SANANDUVA

Produto	Área plantada (ha.)	Produção (T)
1 - Soja	20.000	36.000
2 - Milho	10.000	21.000
3 - Trigo	4.000	4.800

SERTÃO

Produto	Área plantada (ha.)	Produção (T)
1 - Soja	40.150	44.165
2 - Trigo	20.000	14.000
3 - Milho	12.300	6.150

Fonte: IBGE - 1979.

A sucessão dos quadros estatísticos municipais reflete bem as tendências produtivas regionais: plantação de soja em alta escala, seguida pelo milho e depois pelo trigo. As pequenas variações que podem ser observadas em Getúlio Vargas e Sertão,

não alteram a composição básica da produção regional. A alta porcentagem de trigo em Sertão, por exemplo, é favorecida pela presença de terras planas e onde se torna viável o emprego de tecnologia agrícola mais sofisticada. O mesmo motivo permitiu naquele município uma maior concentração fundiária, ausente nas outras áreas em estudo.

As observações realizadas permitem prever problemas sociais na medida em que se esgotam as possibilidades de repartição das terras, tornando-as inviáveis em termos produtivos. Realmente essa é uma tendência bem cristalizada na região que só tende a aumentar com mais rapidez na medida que muitas terras de várzea, intensamente cultivadas e banhadas pelos rios regionais, forem inundadas pelos efeitos da Barragem de Machadinho.

Destacamos agora dados sobre Tapejara, município que efetivamente abriga o PI Ligeiro⁽¹⁾.

O município de Tapejara está situado no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na Micro Região Homogênea nº 19. Possui uma área de 903 km² e sua população está calculada em a-

(1) Além de Ligeiro o município abriga ainda o PI Carreteiro localizado no Distrito de Água Santa, também habitado por indígenas Kaingang.

proximadamente 26.500 habitantes, o que lhe dá uma densidade demográfica de 29,35 habitantes por km². A maior parte da população é formada de descendentes italianos, com reduzida presença de alemães, portugueses e poloneses.

Seus limites são os seguintes: ao norte com o município de Getúlio Vargas; ao sul, com Ciríaco e Passo Fundo; a leste com Ibiaçá e Sananduva e a oeste com Getúlio Vargas e Sertão.

Com um clima temperado, Tapejara está situado a 795 metros acima do nível do mar. Possui cinco distritos: Tapejara, Água Santa, Charrua, Colônia Lângaro e Santa Cecília. Seus rios principais são: Apuaê ou Ligeiro, Pirassucê ou Rio do Peixe, Rio Tapejara ou Carreteiro e Rio Santo Antônio.

A fundação de Tapejara ocorreu no início do século XX⁽¹⁾. Os primeiros proprietários das terras do então chamado Núcleo Alto Rio do Peixe, foram membros da família Teixeira, daí recebendo o povoado, o nome de Sede Teixeira. Com o início sistemático da colonização, foi o povoado se consolidando. Em 31 de

(1) Para a pequena recomposição histórica de Tapejara, foram usados os dados de Ilma Kafer Canali, Histórico do Município de Tapejara, Trabalho mimeografado, s/d, obtidos por cordial referência da Autora.

dezembro de 1926, foi criada a freguezia de Sede Teixeira, com a nomeação de seu primeiro vigário, Pe. Julio Marin.

A freguezia cresceu rapidamente. A 25 de janeiro de 1929, por Ato do Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, então intendente do Município de Passo Fundo, Sede Teixeira foi elevado à categoria de Distrito, compondo o 14º distrito de Passo Fundo, com a denominação de Vila Teixeira.

Dada a abundância de riquezas naturais e a fertilidade do solo, o distrito cresceu rapidamente. Com base na agricultura plantava-se o trigo, milho, feijão, arroz, batata e mandioca. Responsável também pelo crescimento do distrito foi a exploração do pinheiro, encontrado em grande número na região. Várias serrarias se dedicavam ao aproveitamento da madeira, que era exportada para outros centros.

Na década de 40 foi alterado o nome de Vila Teixeira para Vila Tapejara, nome que os indígenas daquela área usavam para designar o rio Carreteiro.

Com o crescimento da vila surgiu, em 1954, o primeiro movimento emancipacionista liderado pelo Pe. Raimundo Damin. Embora sem êxito, o movimento conseguiu na Assembléia Legislativa um importante aliado, o deputado Victor Graeff. Finalmente, pela Lei nº 2.667, de 9 de agosto de 1955, Ilde Meneghetti, Gover-

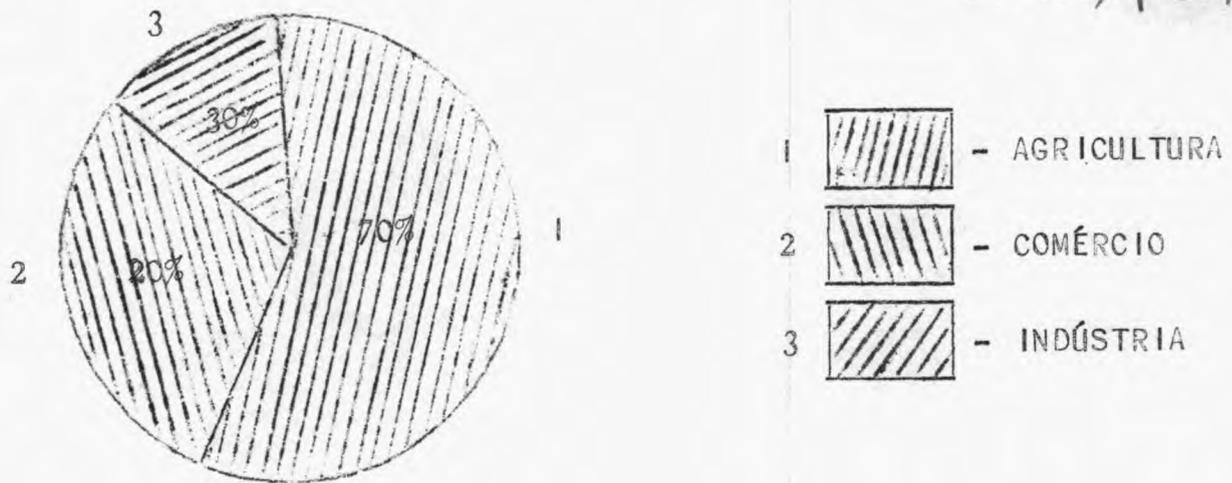
nador do Estado, criou o município de Tapejara. A sua instalação oficial aconteceu no dia 1º de janeiro de 1956.

A estrutura econômica de Tapejara harmoniza-se, no geral, com as tendências encontradas nos demais municípios da zona colonial de Erechim. A base fundiária é a pequena propriedade, conforme o quadro abaixo:

Área (em ha.)	Nº de Propr.	Total (em ha.)
Menos de 1 ha.	48	21
1 a 2	81	112
2 a 5	340	1.013
5 a 10	530	3.538
10 a 20	908	12.539
20 a 50	1.052	31.490
50 a 100	266	17.038
100 a 200	46	5.938
200 a 500	15	3.844
500 a 999	1	930
1.000 a 1.999	1	1.042
T O T A L	3.288	77.504

Fonte: IBGE - 1979.

A predominância da agricultura revela-se com toda a intensidade como é possível observar no percentual econômico do município, representado no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE - 1979.

Em linhas gerais, a base produtiva do município não se modificou substancialmente. A riqueza econômica de Tapejara ainda é a agricultura. Contudo, a partir da década de 70, Tapejara como os demais municípios da região, se inscreveram no marco de relações econômicas mais amplas, passou a sentir os reflexos das tendências do mercado internacional com o cultivo da soja. Em Tapejara, a importância de sua produção pode ser avaliada no quadro que se segue:

Produto	Área Plantada (ha.)	Produção (T)
1 - Soja	40.200	40.200
2 - Milho	20.800	10.400
3 - Trigo	13.800	6.500

Fonte: IBGE - 1979.

A dinamicidade deste quadro econômico e social permite apreender com mais objetividade a situação presente dos indígenas do PI Ligeiro, as pressões regionais e problemas que seus habitantes terão de enfrentar com a construção da barragem de Machadinho.

III. O POSTO INDÍGENA LIGEIRO: CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

O PI Ligeiro está situado no município de Tapejara, distrito de Charrua, a 18 km da sede do município de Sananduva (RS), e à margem do rio Ligeiro. A área indígena foi demarcada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1909. Atualmente possui um total de 4.552 ha. de terras. Essas são consideradas de boa qualidade, embora um pouco ácidas. Na área ocorre desde o relevo plano e ondulado, que possibilita a mecanização, até o forte ondulado, com declive acentuado. O posto está localizado na região fisiográfica do Planalto Médio. O clima é sub-tropical, sem estação seca.

De acordo com levantamento recente⁽¹⁾ sobre a situação geral dos Postos Indígenas do sul do Brasil, realizado por técnicos do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, apenas 567 ha. da área do PI Ligeiro se apresenta com matas de associação latifoliada e araucária, concentradas nas barrancas do rio Apuaê ou Ligeiro, principalmente no local denomina-

(1) Levantamento realizado pelo Setor de Ciências Agrárias da UFPr, em 1973, em convênio SUDESUL, FUNAI.

do Poço do Tigre. A maior parte da área se encontrava desmatada e ocupada por lavouras. Com a saída dos arrendatários e intrusos que ocupavam cerca de 1.495,7ha., ⁽¹⁾ parte destas terras estão em repouso, para que se reconstitua a cobertura vegetal ⁽²⁾.

O acesso à reserva é possível pela BR 470, via Lagoa Vermelha e Sananduva. Junto à sede do PI Ligeiro passa a estrada Volta Grande, macadamizada e serve de ligação entre Sananduva e Tapejara.

Atualmente a população do PI é de 647 indígenas da tribo Kaingang. São 140 famílias. Existe apenas uma família de índios Guarani, transferidos do PI Ibirama (SC), cujos membros estão se fixando na reserva.

De acordo com os dados do censo elaborado pela administração do PI Ligeiro, em dezembro de 1979, a população é composta de 322 indivíduos do sexo feminino e 325, do masculino. A maioria da população é formada por indivíduos jovens, indicando

(1) De acordo com dados contidos no Relatório FUNAI, INCRA, Governo do Rio Grande do Sul, 1975:26.

(2) Além disto, os indígenas têm a preocupação de dar proteção as espécies animais, que estão em extinção devido a devastação intensa praticada pelos agricultores da região.

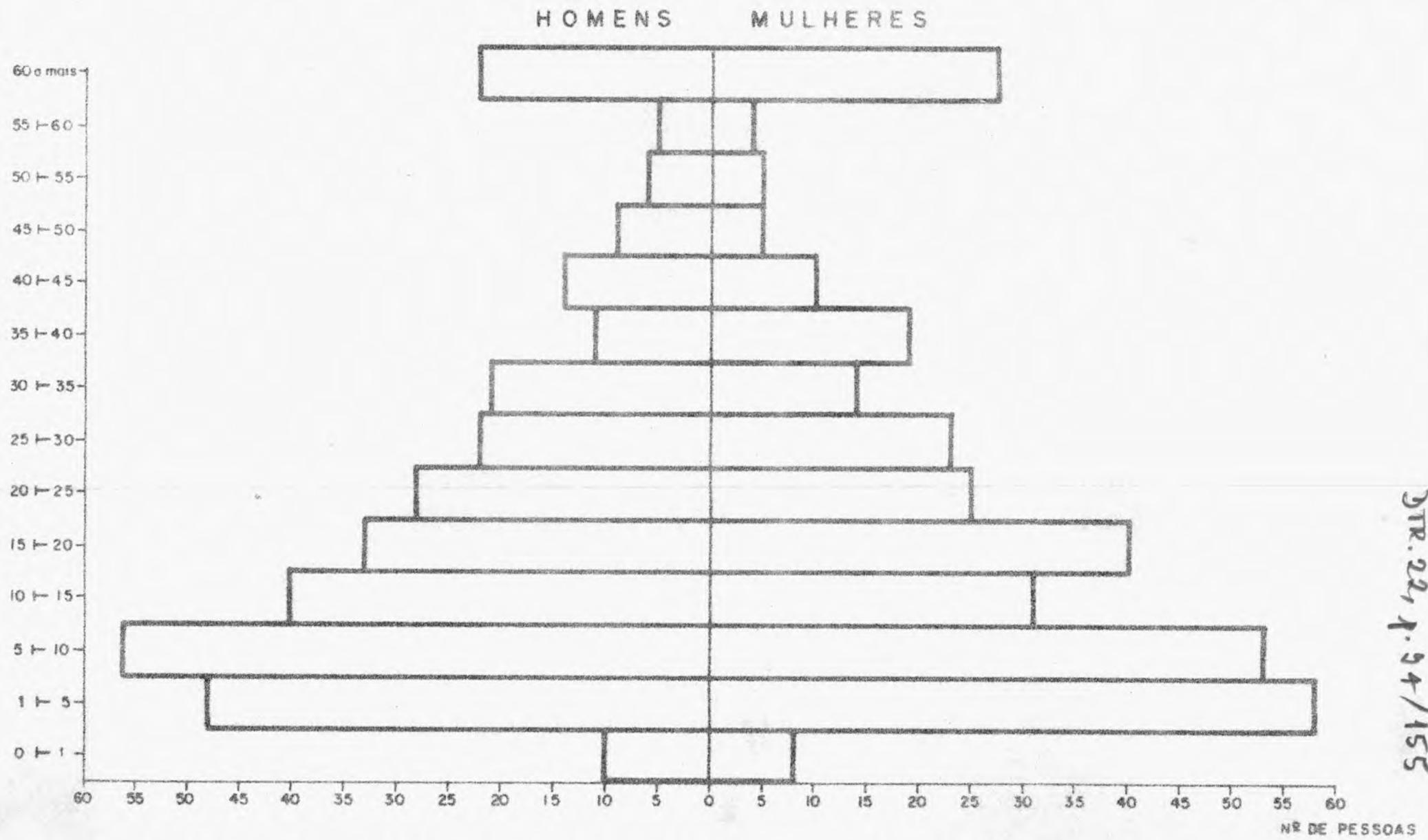
uma significativa taxa de crescimento, sendo que a faixa etária de 0 a 10 anos concentra 233 indígenas (36%) e a de 11 a 20 anos apresenta 144 (22%). Há uma percentagem razoável de (7%) indígenas com mais de 60 anos, indicando uma boa longevidade da população.

Com os dados do censo se obtém o seguinte quadro da população do PI Ligeiro:

		Masc.	Fem.	Total
0	┤ 1	10	08	18
1	┤ 5	48	58	106
5	┤ 10	56	53	109
10	┤ 15	40	31	71
15	┤ 20	33	40	73
20	┤ 25	28	25	53
25	┤ 30	22	23	45
30	┤ 35	21	14	35
35	┤ 40	11	19	30
40	┤ 45	14	10	24
45	┤ 50	09	05	14
50	┤ 55	06	05	11
55	┤ 60	05	04	09
60	┤ +	22	27	49
Total		325	322	647

A pirâmide populacional que se pode construir é a seguinte:

POPULAÇÃO DO P.I LIGEIRO POR FAIXA ETARIA E SEXO



DIR. 22, p. 94/155

FONTE: CENSO EFETUADO PELA CHEFIA DO P.I LIGEIRO (R.S.) EM 31/12/1979

A maior concentração populacional se encontra na sede, em 58 casas construídas dentro do "padrão" FUNAI. Uma pequena parte da população vive no lugar conhecido por Setor Rondon, em 9 casas adquiridas dos antigos arrendatários e outra parcela habita o Setor Paraná, onde há 6 casas. Dessas, 4 são do "padrão" FUNAI e 2 foram construídas também pelos arrendatários, que exploraram parte da reserva até 1978, quando tiveram de deixar a área, pressionados pelos indígenas e pela administração do PI Ligeiro. Ainda neste Setor vive a família Guarani, que passou a utilizar a antiga construção da Escola deste Setor, como moradia. De acordo com a administração do PI o número atual de casas é insuficiente para abrigar toda a população. Existem casos em que mais de uma família reside na mesma habitação⁽¹⁾.

A sede do PI Ligeiro tem o aspecto de um vilarejo. As principais construções estão junto à estrada Volta Grande. A casa dos administradores do Posto é uma ampla e sólida construção de madeira, onde vivem as famílias do chefe e do técnico agrícola. Nes-

(1) Há ainda na área do PI Ligeiro, duas casas que foram construídas há cerca de 40 anos pelo DAER (Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem). Elas abrigam duas famílias de "civilizados" cujos chefes são empregados desse órgão. Estas famílias não cultivam as terras da reserva indígena.

ta casa se hospedam os funcionários da FUNAI, quando em visita ao PI. O escritório, a cantina, a enfermaria, a casa onde se reúne o Conselho Indígena, na qual está instalado um aparelho de TV⁽¹⁾, a igreja e a escola são também de madeira e servidas por luz elétrica. A seguir, estão alinhadas as casas dos índios, sendo que a do cacique está situada ao lado do escritório da administração. Numa das ruelas está edificado o clube, onde os índios se reúnem em ocasiões festivas ou em assembléias convocadas pelo cacique. No porão do clube funciona a cadeia. Dentro da sede ainda residem a enfermeira e sua família e os monitores.

A enfermaria, localizada na sede, presta atendimento médico aos indígenas. Para tanto, mantém um atendente de enfermagem, um estoque de remédios na sua maioria fornecido pela CEME (Central de Medicamentos), seis leitos, uma cozinha equipada e instalações sanitárias. Com relação ao instrumental para os primeiros socorros encontra-se defasada. Como a FUNAI mantém convênio com o FUNRURAL, os casos mais graves são enviados ao hospital da sede do município de Tapejara. A cada seis meses, a equipe vo-

(1) O aparelho de televisão foi doado aos índios em 1978 pelos arrendatários que deixaram as terras do PI Ligeiro, segundo relato do atual chefe do posto.

lante de saúde da FUNAI visita a área, prestando atendimento médico e odontológico aos indígenas.

Na sede do PI Ligeiro funciona uma escola e no Setor Rondon outra. Para o primeiro e segundo anos do ensino primário os alunos recebem ensinamentos em língua Kaingang ministrados pelos monitores bilíngues. Na sede há 47 alunos sob a responsabilidade do monitor Fabrício Braga e no Setor Rondon, 13 alunos orientados pelo monitor Darci Rosa. Há classes do 1º ao 4º ano, num total de 49 alunos. A responsabilidade dessas classes está a cargo da Auxiliar de Ensino, Mercedes Vieira da Silva. Há cinco estudantes que frequentam aulas da 5ª a 8ª séries na vila Charrua, situada a 6 (seis) quilômetros da sede do PI e possuem bolsas de estudos pagas pela FUNAI, para as despesas com transportes, uniformes e material escolar.

No PI ligeiro prestam serviços os seguintes funcionários:

- o chefe do PI de nome LOURINALDO WALDEREYS RODRIGUES VELOSO
- um técnico agrícola, JOSÉ DOMINGOS SBARDALOTTO
- um auxiliar administrativo, BOLES LAU HARENZA
- uma atendente de enfermagem, CLARICE DE OLIVEIRA VIANA

- uma professora, MERCEDES VIEIRA DA SILVA
- dois monitores bilíngues, FABRÍCIO BRAGA e DARCI ROSA (índios)
- um monitor de saúde, ODILA INÁCIO (índia)
- dois monitores agrícolas estagiários, ANTONIO CLAUDINO e JACIR ROSA (índios)
- dois tratonistas, SILVINO LAURINDO e MARCELINO ROSA (índio)e
- um funcionário aposentado pelo Governo, LEONÍDIO BRAGA, exerce a função de Cacique do Ligeiro.

Além da estrutura burocrática composta de civilizados e índios, há a Polícia e o Conselho Indígenas. Os membros da polícia indígena o capitão, o cabo e os soldados são todos subordinados à autoridade do Cacique. Atualmente, o Cacique é considerado o Presidente do Conselho Indígena. Este Conselho é formado de 12 membros da Comunidade, escolhidos pelo cacique entre os indivíduos mais experientes e submissos à autoridade do Cacique. A média de idade dos conselheiros é superior a 45 anos. A função do Conselho é discutir e tomar decisões acerca dos assuntos de interesse da Comunidade. O Conselho discute os problemas trazidos pelos índios e propõe medidas a serem adotadas, na forma de aconselhamento ou penalidade. Quando um problema que atinge toda a Co

munidade é trazido para o Conselho, geralmente seus membros, antes de tomarem uma decisão, reúnem toda a população no salão do clube e debatem a questão. A seguir, o Cacique assume a responsabilidade de tratar daquele assunto em nome da Comunidade e conforme as decisões tomadas em reunião. LEONÍDIO BRAGA, o Cacique, é o Presidente do Conselho Indígena. São Conselheiros os índios: JOÃO MANOEL ANTONIO, JOÃO TEODORO, CARLOS DIAS, JOÃO FARIA, ANGELINO DA VEIGA, DOMINGOS ROSA, FRANCISCO PAULO, ALBERINO ELANTÉRIO, WALDEMAR MENDONÇA, ERNESTO ELANTÉRIO e FERMINO ANTONIO.

A organização do Conselho Indígena obedece a um antigo costume dos índios Kaingang do sul do Brasil. O papel dos mais velhos e experientes era o de "dar conselhos" aos jovens e ensinar-lhes as tradições da tribo. Uma parte das tradições ainda é preservada. A novidade introduzida, por interferência da burocracia da FUNAI, é o registro em Livro de Atas do teor de cada reunião, conclusões e as devidas assinaturas dos integrantes do Conselho Indígena. As reuniões são secretariadas por um monitor bilíngue ou pelo auxiliar administrativo, um civilizado, que trabalha nos escritórios do PI Ligeiro. Na atualidade as reuniões costumam contar com a presença do chefe do PI. Apesar de não terem direito a voto, os membros estranhos ao Conselho manifestam sua opinião e interferem nas decisões, ainda que sob a forma de aconselhamento. Como o

Cacique é o mediador entre as decisões dos administradores do PI e a Comunidade Indígena, sendo ele o Presidente do Conselho, pode-se deduzir que nas reuniões o Cacique é sempre o porta-voz da chefia, ainda que fale em nome da Comunidade.

A polícia indígena cumpre as ordens do Cacique. A polícia serve para manter a ordem, zelar pelo cumprimento de Portarias, vigiar as fronteiras para que estranhos não fixem residência ou realizem roças em terras da reserva. Ela pune os índios transgressores de normas, como por exemplo, aqueles que usam tomar bebidas alcoólicas.

Os índios, assim, estão sob as ordens do Chefe do Posto Indígena, e do Cacique, que é seu subordinado. São controlados pela polícia indígena e cumprem as decisões tomadas pelo Conselho Indígena. Apesar de aculturados, vivem em regime de "internado", isto é, são obrigados a solicitar autorização - uma portaria- devidamente assinada por um dos funcionários da administração do PI, quando necessitam sair para fora dos limites da reserva, a fim de fazer compras ou vender os produtos de suas roças e artesanatos nas cidades vizinhas, ou ainda, quando saem para realizar tarefas para os agricultores da região, que os contratam como dia

ristas ou empreitam seus serviços por alguns dias⁽¹⁾.

No PI Ligeiro, como em outros Postos Indígenas situados na região sul do Brasil, há um Projeto Agrícola de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC), criado pela Fundação Nacional do Índio dentro de um programa para absorver a mão-de-obra e incentivar a produção indígenas. O projeto do PI Ligeiro foi elaborado pelo Chefe e pelo Cacique e está sendo implantado há um ano com o apoio financeiro da FUNAI. A administração do Posto Indígena recebeu a importância de Cr\$ 1.000.000,00 de cruzeiros para o desenvolvimento do projeto⁽²⁾. Este projeto, desenvolvido no ano agrícola 79-80 abrangeu:

- uma lavoura coletiva de soja;
- roças familiares de milho e feijão;
- duas roças coletivas de milho (executadas somente pelos índios solteiros do PI).

Toda a comunidade foi engajada na lavoura de soja e,

(1) Até certo ponto essa situação assemelha-se ao que ocorre em uma "prisão aberta". Ver a respeito SANTOS, 1979: 35.

(2) Segundo informações prestadas pelo chefe do PI, esta importância foi recebida no 2º semestre do ano de 1979, para ser implantado o Projeto.

pelo Cacique, informada como se daria o seu envolvimento com o projeto. Cada chefe de família participou como força de trabalho.

Para a lavoura de soja foram adquiridos 70 sacos de sementes, plantadas em 50 ha. de terras consideradas de boa qualidade.

Os índios que prestaram serviços ao projeto de soja, nas fases de preparo das lavouras, carpiada e colheita receberam apenas a alimentação. Um cozinheiro (índio) recebeu o encargo de preparar e servir três refeições diárias para esses empregados temporários do projeto. Nos meses de abril e maio do corrente ano foi realizada a colheita. Nesta fase também foi empregado o braço indígena, devido a problemas técnicos ocorridos. Foram colhidos 1.100 sacos de soja, que representam um valor total aproximado de Cr\$ 660.000,00 cruzeiros, de acordo com informações do técnico agrícola sediado no posto.

No projeto de soja os indígenas do PI Ligeiro não têm participação na produção. Também não receberam uma quantia em dinheiro, como pagamento da força de trabalho utilizada pela administração do Projeto. A justificativa dada é a de que com o dinheiro arrecadado pela venda da soja serão dinamizados novos projetos. Para colocar em prática o projeto comunitário foi criada uma cantina, que funciona nas fases de preparo das roças e carpiada. A cantina dispõe de alguns gêneros de primeira necessi -

dade⁽¹⁾. Enquanto preparavam as roças familiares os índios compraram o crédito e receberam uma cópia da nota em que o auxiliar da administração lançou o débito. Também se forneceram de sementes na cantina.

As roças familiares estão distribuídas pela reserva e ficam distantes da sede. Escolhido o terreno, os índios fazem suas roças em locais próximos. Cada família tem de se deslocar da sede cada vez que trabalha a sua roça. Assim, nos períodos de trabalho mais intensivo constroem pequenos ranchos, onde pernoitam e cozinham seus alimentos. As roças familiares são consideradas propriedade de cada grupo doméstico. O homem, a mulher e os filhos em idade de prestar ajuda, participam das atividades do ciclo agrícola. Fazem roças de milho e feijão. As roças variam de tamanho entre 2 a 10 ha., na proporção do número de braços e da idade dos membros adultos de cada família. É comum a ajuda mútua a troca de dias. Porém há alguns índios que contratam os serviços de outro e pagam as diárias.

Como a administração do PI Ligeiro dispõe de trator e juntas de bois adquiridos com a verba que a FUNAI destinou para a

(1) Com a dinamização do projeto a administração pretende transformar a cantina em cooperativa.

implantação e dinamização do projeto comunitário, a maioria das famílias pôde utilizar uma vez, durante meio dia, os serviços de trator ou de uma junta de bois, para preparar a sua roça. As famílias que não receberam este tipo de ajuda tiveram de realizar "no braço", à maneira tradicional, o seu roçado.

De acordo com informações prestadas pelo técnico agrícola foram plantados, pelas famílias indígenas, 110 sacos de sementes de milho e 45 de feijão. Cada família ainda cultivou batata doce, abóbora e batata inglesa. Desses produtos apenas o milho é usado para comercialização.

As roças dos solteiros foram realizadas por todos os indivíduos dessa categoria. Também se forneceram de sementes e gêneros de primeira necessidade na cantina do PI. A diferença é que essas roças foram organizadas por um grupo de indígenas que irá repartir o produto depois de liquidar as despesas feitas.

A estimativa da produção de milho é de 10.000 sacos. O preço atual é de Cr\$ 300,00 o saco. O que equivale a um total de Cr\$ 3.000.000,00 milhões (de cruzeiros). Descontadas as despesas com sementes e cantina (aproximadamente Cr\$ 1.600,00 para cada família) se pode calcular o valor da produção do milho das 140 famílias do PI Ligeiro em Cr\$ 20.000,00 para cada família, na safra de 79-80, que representa um total aproximado de Cr\$ 1.667,00 cruzeiros para cada mês do ano, sendo que esta importância não é

efetivamente alcançada pois os indígenas não podem vender toda a produção. Eles guardam boa parte para consumo, uma vez que a farinha de milho é um dos alimentos básicos de sua dieta.

Os índios do PI Ligeiro confeccionam artesanatos para aumentar a renda familiar. Costumam fazer peneiras e balaios. Todos os membros da família, inclusive as crianças, auxiliam neste trabalho. O artesanato é levado para ser vendido nas cidades próximas como Sananduva, Tapejara e Erechim. Chegam a ganhar mais de Cr\$ 1.000,00 por mês com a venda de artesanatos.

Outra alternativa que os indígenas têm é a de trabalhar para os regionais. O braço indígena é bastante solicitado nesta região e se paga Cr\$ 150,00 por dia de trabalho. Há índios que saem para trabalhar em empreitadas organizadas pelo Cacique ou outro índio, que se assume como o "turmeiro". Algumas vezes são solicitados a trabalhar temporariamente em granjas situadas a uma considerável distância do PI. São levados de caminhão no início da semana e regressam ao PI no sábado, trazendo o dinheiro, ou os alimentos adquiridos no comércio local e necessários ao consumo da família. Enquanto os homens saem para trabalhar fora da reserva, as mulheres e crianças atendem as roças e intensificam os artesanatos. Assim, a renda familiar chega a atingir uma importância aproximada de Cr\$ 4.000,00 cruzeiros por mês, incluin

do-se o que recebem com a comercialização do milho, fabrico de artesanatos e venda da força de trabalho.

Pelas informações obtidas sobre a produção indígena se pode depreender que o apoio do PRODEC foi apenas o de dar crédito na cantina e emprestar a alguns índios os utensílios agrícolas . Por outro lado, os indígenas retribuíram tal ajuda (os chefes de família e os indivíduos solteiros) prestando serviços ao projeto de soja e saldando a dívida contraída na cantina, depois de colhido o milho. Devolveram a quantidade de sementes emprestadas e com a venda de uma parte da produção de milho pagaram em dinheiro o débito na cantina, sendo que houve um acréscimo de 20% sobre o total da dívida, justificado pela administração do PI Ligeiro como maneira de compensar o aumento havido nos preços das mercadorias.

Os índios do PI Ligeiro receberam assim, da FUNAI - através do PRODEC - um auxílio para realizar as roças individuais da safra 79-80, que se constituiu no financiamento de gêneros alimentícios e sementes, através da cantina. Tal apoio permitiu efetivamente que os indígenas ocupassem uma extensão maior de terras da reserva em roças. Sem esta ajuda os índios teriam que empregar a maior parte de seu tempo, trabalhando nas lavouras dos regionais, para obterem dinheiro, para a compra de sementes e alimenta

ção. Por outro lado, o projeto coletivo de soja somente forneceu alimentação aos "empregados temporários". As famílias indígenas tiveram de se abastecer na cantina, enquanto seus chefes trabalhavam para o projeto. Tal projeto teve um baixo custo para a administração do Posto Indígena (leia-se da FUNAI), tendo em vista que a terra está disponível e a mão-de-obra-indígena não foi remunerada. Apesar da necessidade de girar e ampliar o capital inicial, para dinamizar novos projetos, era de se esperar que a administração remunerasse a força de trabalho, após a comercialização da produção da soja, o que não aconteceu. Tal fato gerou uma insatisfação entre os indígenas como se depreende pela leitura de seus depoimentos:

"o Projeto começou muito tarde, a cantina começou tarde, atrapalhou a gente. Trabalhamos muito no Projeto. Disseram prá gente antes que ia ganhá por dia, como ganha de colono, a cantina é mais cara que lá fóra. Isso aí é prá FUNAI, não é pro índio ..."

"PRODEC não explicam o fim do projeto. O chefe e o cacique prometeram pagar o dia e não fizeram. Eram obrigados a ir trabalhar. O Cacique obrigou. O projeto oferecia comida mas muito ruim. Disseram que não

precisava pagar a cantina, mas tem que pagar".

"O Projeto tira o tempo da lavoura da gente. É o Cacique que chama. Mas acho que vamo cair fora do projeto..."

Provavelmente este aspecto do problema não foi levado em consideração pela cúpula do PRODEC. À exemplo do que ocorre, quando trabalham para os regionais a Cr\$ 150,00 por dia, os indígenas têm expectativa de receber o pagamento. Assim, para que o PRODEC atinja seus objetivos e os índios não sejam prejudicados, é de se esperar, que no futuro, esta falha seja superada pela administração.

IV A BARRAGEM DE MACHADINHO E SEUS EFEITOS NO PI LIGEIRO

"A Usina Hidroelétrica Machadinho situa-se no rio Pelotas, logo abaixo da foz do rio Apuaê, a 320 km, a oeste de Florianópolis e 280 km a noroeste de Porto Alegre, entre o município catarinense de Piratuba e o município gaúcho de Marcelino Ramos...

Um lago com a área de 270 km^2 será formado pelo represamento do rio, tendo a barragem principal uma altura de 124m e cerca de 910m de comprimento. A casa de força, por sua vez, abrigará seis turbinas do tipo Francis, sendo prevista a instalação de uma potência de $1.590 \text{ MW}^{(1)}$.

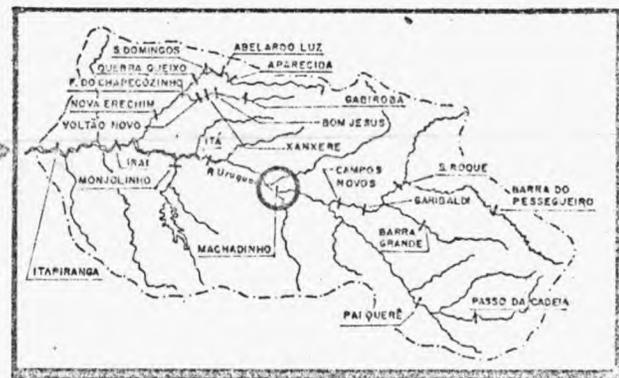
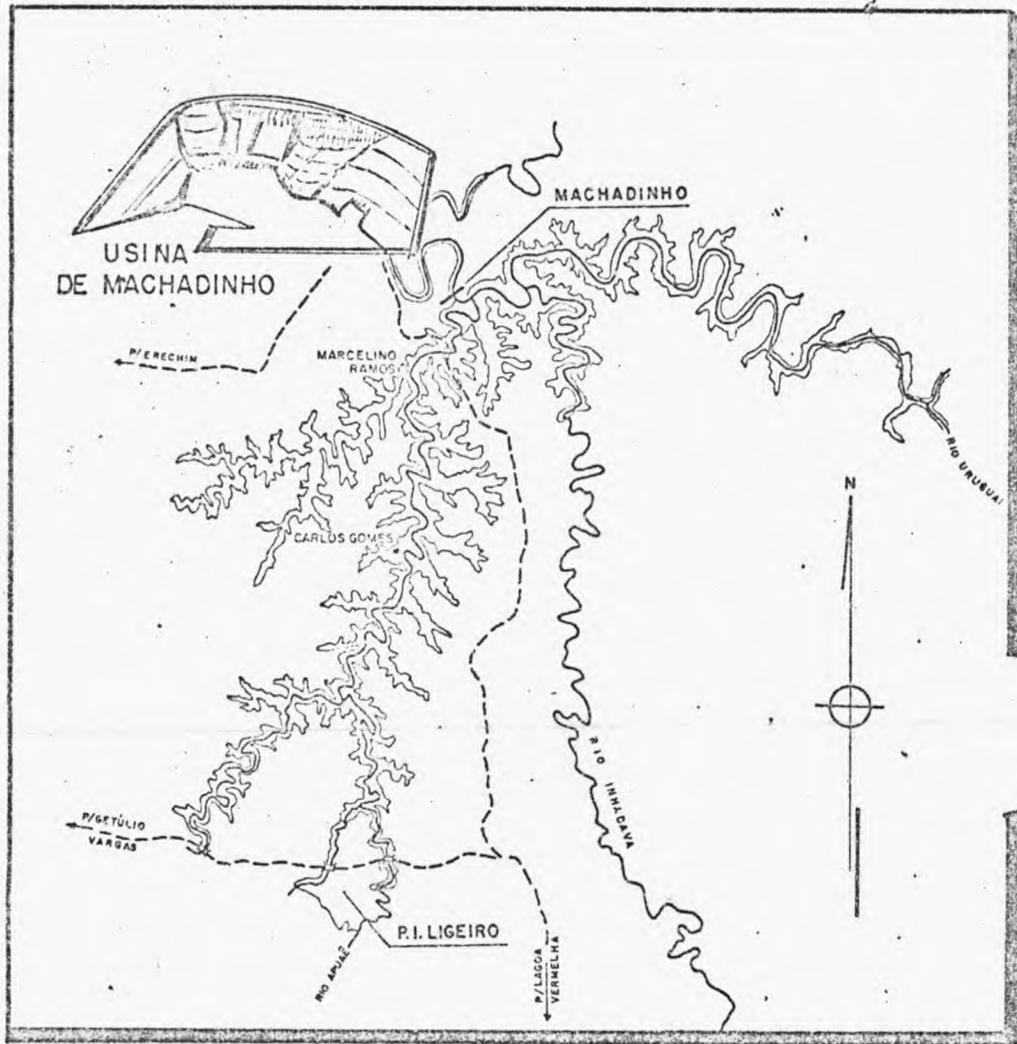
O início das obras está previsto para 1983 e a Usina poderá começar a operar a partir de 1987.

Em consequência da construção da barragem de Machadinho, o rio Apuaê ou Ligeiro terá suas margens inundadas a uma cota de 480m acima do nível do mar. Isto representa, em termos de

(1) ELETROSUL, Bacia do Uruguai, Novembro de 1979.

M A P A — 4
BARRAGEM DE MACHADINHO

0 6.25 12.5 25 Km



BACIA DO RIO URUGUAI

recursos naturais e humanos, a inundação de um considerável número de propriedades agrícolas, a perda de terras de alta qualidade e o conseqüente deslocamento de populações regionais. Além destas, serão também afetados pela barragem os índios Kaingang do PI Ligeiro. A compreensão do quadro regional em que se inserem os índios é fundamental para dimensionar adequadamente os problemas que estes enfrentarão com a construção da barragem. Para melhor avaliarmos o contexto em que ocorrem esses problemas, trataremos primeiramente das relações entre índios e colonos, da situação em que estes se encontram face a iminente inundação de suas propriedades, para em seguida focalizarmos os problemas que a construção da barragem acarretará para os Kaingang de Ligeiro.

IV.1. Os regionais e os índios

No âmbito da zona Colonial de Erechim, ou mais especificamente, nas áreas mais próximas às comunidades indígenas localizadas no município de Tapejara, revelam-se tendências preconceituosas que perpassam toda a sociedade regional, mas com contornos específicos. Trata-se de região habitada basicamente por colonos de origem italiana, ali instalados a partir do início deste século.

Como o processo de ocupação territorial desenvolveu-se sem a interferência ou orientação de companhias colonizadoras

e sem grandes conflitos com os índios da região, não se criou e nem se consolidou uma ideologia que legitimasse a conquista das terras e da força de trabalho indígenas. Contudo, a exemplo de outras zonas coloniais, seus habitantes eram portadores de preconceitos e opiniões estereotipadas contra indígenas e negros. Permanecem ainda hoje entre os regionais idéias depreciativas do trabalho e da produção indígenas.

Nas comunidades de Tapejara e Sananduva é comum encontrar afirmações sobre a inabilidade e a baixa capacidade produtiva dos habitantes do PI Ligeiro. São, em sua grande maioria, considerados "preguiçosos", como se pode deduzir da seguinte apreciação feita por uma informante civilizada, habitante da vila de São Domingos: "os índios fazem roças e depois deixam o mato tomar conta". Daí porque muitos colonos da região consideram ' injustificado terem os índios "tanta terra à sua disposição". É neste contexto, pois, que as terras do posto passam a ser avaliadas em termos da sociedade regional como "terras desperdiçadas" e que não trazem nenhum lucro para o município.

Compõe ainda o universo de imagens negativas avaliações como o de ser o índio um "devasso", um "irresponsável", "viciado na bebida". Neste aspecto, os indígenas são divididos em bons e maus. Índio bom é aquele que não bebe e os maus são os

que vivem bêbados, "aqueles que incomodam". Revela um informante, com casa próxima a reserva, que foi em estado de embriaguês que num determinado dia, sem motivo aparente, quatro índios passaram a atirar pedras em sua casa. Além do temor generalizado e difuso que os colonos revelam pelos indígenas, consideram-nos ainda "sujos", "de baixa capacidade intelectual" e "sem cultura". Paulatinamente, o índio transforma-se em "bugre" termo que na região tem fortes conotações pejorativas e que sintetiza, de maneira eficiente, todos os preconceitos revelados pelos componentes da sociedade regional.

Dessa forma, os preconceitos, estereótipos e as manifestações veladas de racismo, contribuem fortemente para transfigurar a imagem do indígena, tornando-o um marginal, um estrangeiro. Permite, também, estabelecer formas de dominação e de exploração da mão-de-obra indígena por parte dos regionais. E num determinado momento permitiu, inclusive, o intrusamento do PI com conseqüências deletérias ainda visíveis naquela área.

Os processos históricos mais gerais que estabeleceram as diversas formas de dominação dos indígenas de Ligeiro e a sua subsequente marginalização podem ganhar uma dimensão mais ampla e nítida a partir da construção da barragem de Machadinho. Os efeitos da referida barragem atingem também os civilizados com

intensidade variável, pois toda a área limite com a reserva é intensamente povoada e pontilhada de vilas (São Domingos, Linha São Francisco, Tigre, Linha Perondi). Margeadas pelo Rio Ligeiro e pelo Lageado Indígena, estendem-se as diversas propriedades dos civilizados, cultivadas principalmente com milho, soja, trigo, arroz e feijão. Dependendo de sua situação econômica e de terras disponíveis, alguns colonos dedicam-se também à suinocultura e a uma pequena criação de gado leiteiro.

Numa região com a propriedade muito dividida e caracterizada pela ausência total de terras disponíveis, o aumento de volume das águas do rio Ligeiro traz problemas que são difíceis de serem avaliados. Problemas que os camponeses não sabem ainda como resolver, embora já tenham conhecimento da construção da barragem há algum tempo. Na área em estudo a situação deve se tornar particularmente aguda, pois grandes extensões de lavouras se localizam justamente em terras planas de várzea, banhadas pelo rio Ligeiro e pelo Lageado Indígena. Na linha Perondi, Tigre e São Francisco as atribulações por que passam os colonos são bem visíveis. Bastante desorientados, alguns deles receberam apenas informações de que não deveriam introduzir melhoramentos naquelas propriedades que, de uma forma ou de outra, serão prejudicadas pela inundação.

Examinemos particularmente o caso da Linha Perondi, uma das vilas mais populosas, situada num dos limites do PI Ligeiro e localizada no município de Senanduva. A maioria dos habitantes de Perondi são pequenos agricultores de origem italiana. Na vila, poucas pessoas se dedicam a outras ocupações. Existem apenas uma casa comercial, uma ferraria, dois bares e um moinho. Em propriedades, cujo tamanho médio varia entre 20 a 40 hectares, os colonos plantam preferencialmente soja, milho, trigo, arroz, feijão e mandioca. A vila possui também igreja, cemitério, escola e estádio de futebol com iluminação noturna.

Acreditam os colonos que os efeitos da barragem de Machadinho atingirão não apenas boa parte de suas propriedades, mas também a própria sede da vila, que deverá assim ser reconstruída em outro lugar. Os prejuízos materiais serão imensos. Quatro moradores de Perondi, com terras nas baixadas, informaram que perderão respectivamente 16, 15, 12 e 12 hectares de suas propriedades, todas cultivadas.

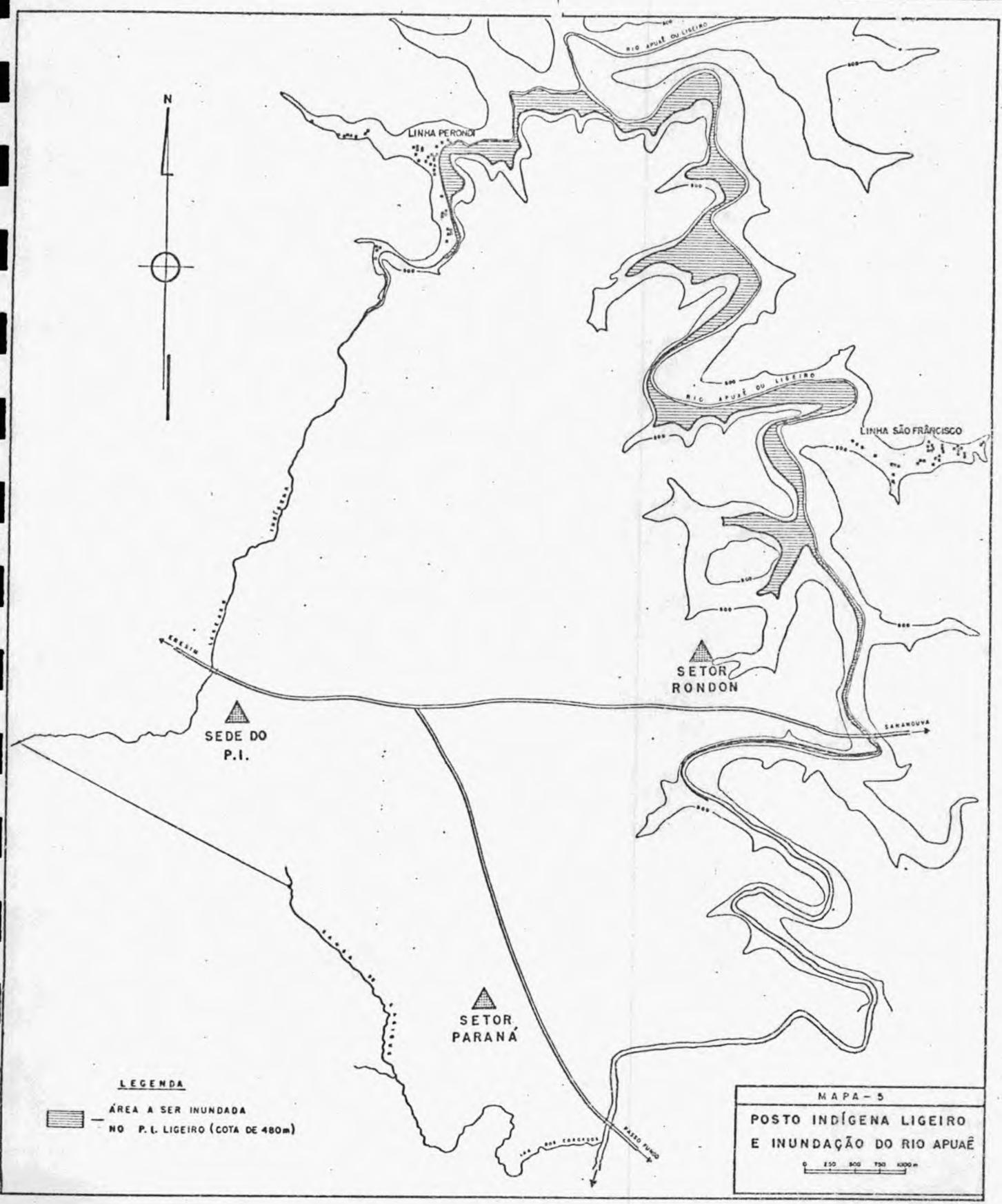
Tais fatos permitem prever pressões sobre a área indígena de Ligeiro, embora os indícios até agora não sejam muito claros. Os colonos das áreas limítrofes evitam falar quando perguntados sobre os indígenas. A maioria deles tinha roças ou negócios na reserva, foram prejudicados e conservam bem ní-

tidas na lembrança as pressões, ou mesmo as intimidações, de órgãos oficiais e dos próprios índios para que abandonassem em definitivo as terras Kaingang. Em todo o caso é muito significativo o comentário de um colono da Linha São Francisco, que deverá ter parte de suas melhores terras inundadas. Concorda em tese que os índios tenham seu pedaço de terra, mas critica a extensão da área indígena, afirmando que lá "tem muita terra abandonada e tem gente por aqui sem terra".

Em face do quadro complexo e não isento de tensões cu mulativas que se delineia em Ligeiro, é necessário que os órgãos governamentais tomem medidas seguras para que a área indígena não seja vítima novamente de investidas da sociedade envolvente, por parte de seus segmentos dominantes, que eventualmente poderão manipular colonos despojados de suas terras com preconceitos e estereótipos latentes na sociedade regional. Cabe, sem dúvida, indenizações justas aos colonos afetados pela barragem, evitando as sim que outra vez sejam os índios vítimas de problemas que eles, em definitivo, não criaram.

IV.2. A barragem e os Kaingang de Ligeiro

A área indígena perderá cerca de 188 ha., ou seja 5%



da sua área total, contendo terras agricultáveis e madeiras de alto valor comercial. Essa previsão foi feita pela própria ELE-TROSUL. Essas terras, segundo informações obtidas no local, estão avaliadas em cerca de Cr\$ 80.000,00 por ha., de terra nua. Entretanto, cerca de 40% das terras a serem inundadas estão cobertas de matas constituídas por essências florestais valiosas (pinheiro, canela preta, etc.). O valor do pinheiro maduro é bastante alto (cerca de Cr\$ 15.000,00 a Cr\$ 20.000,00)⁽¹⁾, o que permite deduzir que os prejuízos serão bem maiores do que os imaginados apenas em função da ocupação da terra nua.

Não se pode esquecer também que as terras cobertas por mata abrigam outros recursos, em forma de fauna e flora, que são permanentemente utilizados pelos indígenas. A coleta de frutos silvestres como o pinhão por exemplo, representa para os índios uma fonte importante de alimentação. A partir dessas considerações passaremos a analisar os prejuízos específicos que os indígenas sofrerão.

Embora a reserva indígena como um todo seja afetada pela construção da barragem de Machadinho, é o setor Rondon que

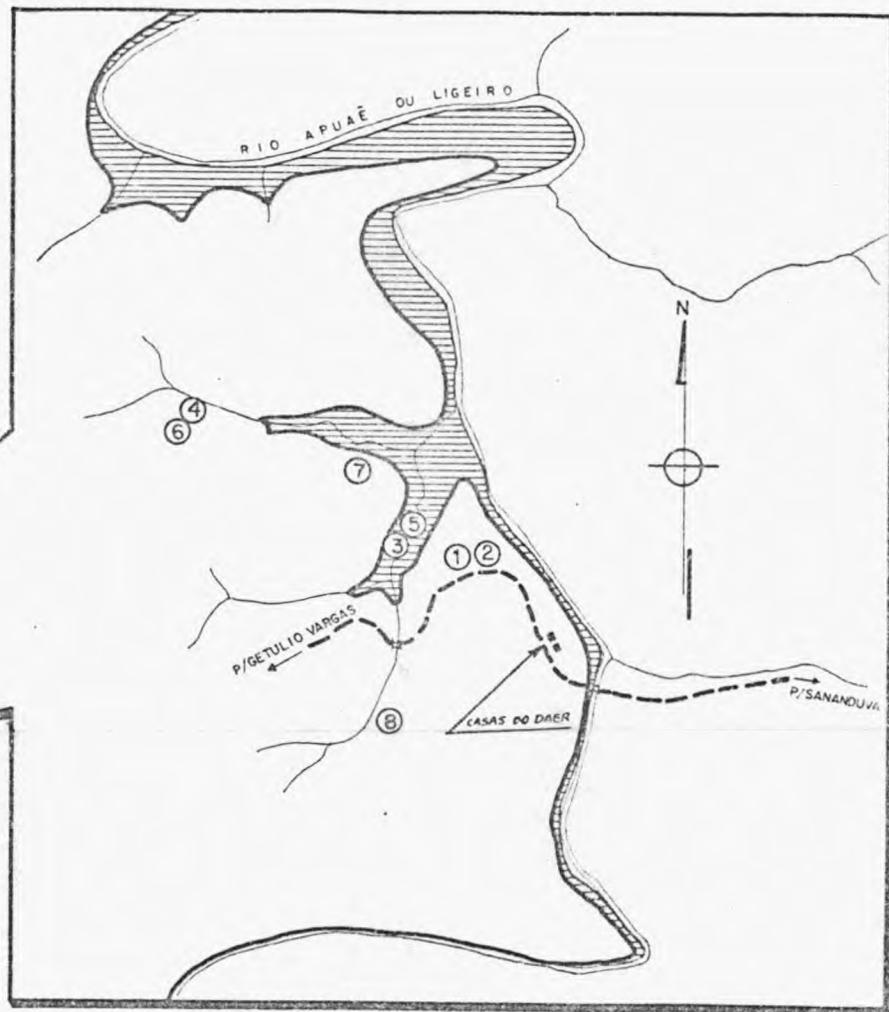
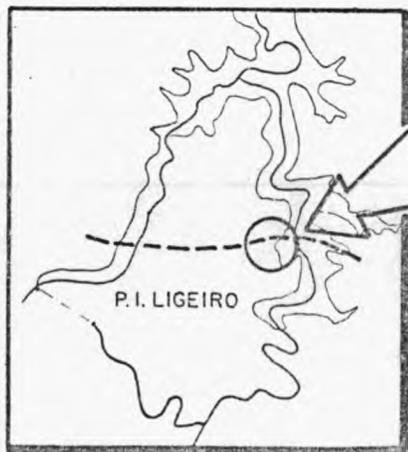
(1) Dados fornecidos pelo técnico agrícola do PI Ligeiro.

MAPA — 6
SETOR RONDON
LOCALIZAÇÃO DE "PROPRIEDADES" INDIGENAS

0 250 500 750 1000 m

LEGENDA

▨ — ÁREA A SER INUNDADA
NO P. I. LIGEIRO (COTA DE 480m)



DTR. 22, P. 119/155 III

sofrerá os prejuízos mais diretos.

No setor Rondon e suas imediações existem "propriedades" pertencentes aos índios de Ligeiro. Para facilitar a leitura dos dados, numeramos essas "propriedades" de 1 a 8, de modo que os números constantes do mapa 6 correspondem aos que aparecem no texto e nas tabelas. Quando falamos de "propriedades" (1), estamos incluindo as casas e as lavouras associadas às casas.

As águas da barragem não atingirão as várias "propriedades" de maneira uniforme. Em alguns casos, apenas algumas lavouras serão inundadas; em outros, apenas a casa; e em outros, tanto casa como lavouras sofrerão alagamento. A situação das 8 "propriedades" de Rondon está relacionada na tabela abaixo. O sinal (+) indica que haverá inundação e o sinal (-) indica que, na cota de 480m, não haverá inundação.

(1) "Propriedade" é usado aqui em sentido lato, significando o domínio familiar indígena sobre uma área de terras, casa, e outras benfeitorias.

TABELA I

"PROPRIEDADES" DO SETOR RONDON

"Propriedades"	Número de residentes	Risco de inundação (cota 480)	
		casa	lavouras
Nº 1	3	-	+
Nº 2	1	-	+
Nº 3	5	+	-
Nº 4	5	-	-
Nº 5	9	+	+
Nº 6	10	-	-
Nº 7	9	-	+
nº 8	3	-	-
TOTAL DE RESIDENTES	45		

Percebe-se pela Tabela I que em apenas dois casos, as "propriedades" Nº 3 e Nº 5, as casas estão dentro da cota de 480m, sendo que no caso da "propriedade" Nº 5, tanto a casa, como as lavouras serão totalmente atingidas pelas águas. Examinaremos primeiramente a situação destas duas "propriedades", para em seguida avaliarmos os demais casos, a saber: aqueles em que as casas não serão atingidas, mas somente as respectivas lavouras e aquelas "propriedades" que estão aparentemente a salvo de inundação na cota de 480m, mas que poderão ser inundadas, caso a margem de erro no planejamento da barragem resulte num aumento da cota de á-

gua.

As "propriedades" Nº 3 e Nº 5 (vide fotos Nºs 1 e 2) pertencem respectivamente aos casais José da Silva - Olímpia Palhano e Dionísio Paulo Faria - Onivalsina Palhano. Ambas estão localizadas em terreno plano, muito baixo, adjacente a um córrego e sujeito às suas enchentes periódicas. No caso da "propriedade" Nº 3, apenas a casa está dentro da cota de 480m. As lavouras dessa família estão em terreno mais alto, a salvo de inundações, segundo a mesma cota. Quanto à "propriedade" Nº 5, tanto casa, quanto lavouras serão diretamente afetadas pelas águas da barragem. Ambas as casas são de madeira e pertenciam a colonos regionais que viveram dentro da reserva até setembro de 1978. Embora essas casas tivessem sido construídas com madeira retirada da própria reserva, e portanto pertencentes aos índios, estes viram-se na contingência de comprá-las dos colonos, por duas razões: primeiro, para tornar mais fácil a retirada dos intrusos e segundo, porque os índios não tem autorização da FUNAI para derrubar árvores, mesmo que seja para seu próprio consumo. Essas casas são extremamente pobres, pequenas e precárias. Na "propriedade" Nº 3 vivem um casal e três filhos em dois aposentos. Por comodidades domésticas dispõem apenas de fogão a gás, rádio transistor, um guarda-louça, uma cama, uma mesa e uma única cadeira. A

"Propriedades" localizadas na área que
será inundada (cota 480m.)



Foto Nº 1 "Propriedade" Nº 3



Foto Nº 2 "Propriedade" Nº 5

família não possui gado, nem árvores frutíferas, nem animais de criação, além de umas poucas galinhas. Em 1979 plantaram milho em dois alqueires (5hectares) de terra. A "propriedade" Nº 5 é ocupada por um casal e sete filhos, vivendo em condições semelhantes às de seus vizinhos da "propriedade" Nº 3. Em cerca de 3 ha. (equivalente a 5 quartas de terra) esta família plantou, em 1979, 20 quilos de milho, 8 quilos de feijão, além de batata doce, batatinha e abóbora. Possuem um galinheiro e uma pequena horta cercada nas imediações da casa.

Um segundo grupo de "propriedades" - Nºs 1, 2 e 7 - não será atingido pela cota de 480m, mas suas lavouras o serão, no todo ou em parte. Na Tabela 2, abaixo, damos a distribuição dessas lavouras por hectares e os produtos cultivados em 1979. Note-se que a "propriedade" Nº 7 abriga duas famílias: um casal sem filhos e outro casal com 5 filhos.

TABELA 2

LAVOURAS A SEREM ATINGIDAS PELA INUNDAÇÃO (cota 480)

	"PROPRIEDADES"			
	Nº 1	Nº 2	Nº 7	
Número de hectare cultivados	10	5	1,2	7,5
Produtos plantados (1979)	4 sacas soja 30 kg. milho	20 kg. milho feijão* batata doce* abóbora*	milho	milho* feijão* arroz* moranga*

* Quantidade não especificada.

É necessário levar em conta que a quantidade de terra registrada na Tabela 2, assim como em todos os demais casos estudados, se refere apenas à que está atualmente em uso. Existe, porém, uma extensão muito maior de terras que, embora de alto valor agrícola, estão no momento desativadas. Uma proporção considerável delas foi beneficiada com calcário e fertilizantes pelos colonos que as ocuparam anos atrás. Atualmente estão cobertas de capoeira (mata secundária) e se constituem em reserva para aproveitamento futuro. A inundação causada pela barragem cobrirá grande parte dessas terras reservadas.

Quanto às "propriedades" e lavouras restantes no setor Rondon - N^{os} 4 e 6 -, embora elas não estejam incluídas na co-

ta de 480m, estão, entretanto, suficientemente próximas, de modo a correr o risco de inundação, caso haja um erro de cálculo que resulte no aumento da cota atualmente prevista. A posição dessas "propriedades" pode ser conferida no mapa 6. Uma delas, Nº 6, é a escola do setor Rondon, servindo a 13 crianças do setor, e que funciona também como residência do monitor bilingüe e sua família, todos Kaingang.

No que se refere às relações dos habitantes do setor Rondon com os demais indígenas do PI Ligeiro, há que ressaltar a situação peculiar em que se encontram os primeiros. Com exceção da "propriedade" Nº 8, todos os moradores constituem uma única parentela. Ela é integrada pelos 9 filhos casados de Juvenal Palhano, mestiço, e Dominga, mulher Kaingang. São originários do PI Ventarra (RS). Com a desativação desse posto pelo Governo do Rio Grande do Sul⁽¹⁾, a família Palhano passou a viver fora das reservas indígenas, na região de Campo-Erê, próximo a Erechim (RS), até conseguir permissão do atual Cacique de Ligeiro para se instalar nesta área indígena. O Cacique, que tem um genro Palhano, encontrou resistência por parte do resto da comunidade indí-

(1) Vide depoimento de Moysés Westphalen sobre Ventarra, In SIMONIAN 1979.

gena à entrada dessa família, resistência essa baseada na alegação de que os Palhano não são índios, e sim caboclos. Segundo informações do próprio Cacique, este viajou aos postos Votouro e Nonoi para colher informações sobre a verdadeira etnia dos Palhano. Confirmada a sua posição de que eles são realmente Kaingang, o Cacique, aparentemente à revelia dos moradores de Ligeiro, deixou que os Palhano se instalassem na área. Estes ocuparam o setor Rondon, que havia sido recentemente evacuado de intrusos. A comunidade continua resistindo à sua presença e insiste em afirmar que eles não são índios, pois não falam (ou não querem falar) a língua Kaingang, e os considera como intrusos, ocupando as terras dos índios e usufruindo dos benefícios proporcionados pelo posto⁽¹⁾. O Cacique tem nos Palhano aliados certos que o apoiam em disputas internas na reserva.

É imprevisível o efeito que a inundação parcial do setor Rondon, afetando a família Palhano, terá sobre as relações

(1) Deve-se ter em mente que a identificação étnica de indígenas em situação de reserva é passível de vários tipos de manipulações dependendo dos interesses daqueles envolvidos num determinado contexto interétnico. Sobre este assunto, vide OLIVEIRA 1972, PIRES 1975.

desta com os demais membros da reserva. Entretanto, o eventual deslocamento dessas pessoas, da área a ser inundada para outra, provavelmente acirrará o descontentamento dos demais membros do PI, pois envolverá a ocupação de mais terras por esse grupo já visto com hostilidade.

Outros efeitos indiretos da construção da barragem de Machadinho sobre os Kaingang de Ligeiro já estão se fazendo sentir. Em primeiro lugar, existe uma grande ansiedade por parte dos índios sobre a possibilidade de serem, mais uma vez, alvo de promessas vazias. Temem, por exemplo, que o aproveitamento das madeiras a serem resgatadas da área inundável reverta inteiramente para a FUNAI, e não para a comunidade. Uma de suas reivindicações mais insistentes é de que seja outorgado aos índios o direito - até agora vedado - de utilizar essas madeiras, não para vender, mas para uso interno da reserva. Durante a reunião do Conselho Indígena realizada no dia 18 de maio de 1980 na Sede do Posto, vários conselheiros se manifestaram no sentido de que já estão cansados de promessas, e não acreditam mais nas boas intenções da FUNAI. O Cacique reforçou essa posição, evocando o dramático caso do PI Ibirama, em Santa Catarina, que há 8 anos vem sofrendo as conseqüências do mau planejamento na construção da barragem do rio Hercílio no vale do Itajaí, o que tem levado os índios Kikriko, residentes no PI Ibirama,

a um estado de continuada penúria material, desagregação social e tensão psicológica.

Temem também os Kningang de Ligeiro que as águas da barragem cortem o seu acesso aos núcleos urbanos regionais, dos quais dependem para o escoamento de seus excedentes de produção agrícola e de artesanato e para a aquisição de bens e serviços necessários, como mantimentos, roupas, escolas, hospitais. Além disso, foi expressado o receio de que o alagamento de certas áreas baixas venha a provocar o aparecimento de doenças até agora in-existentes na área, tais como a malária. Existe também a apreensão de que os Índios não tenham acesso às fontes piscosas que vierem a resultar da formação do lago da represa. Vários Índios manifestaram grande preocupação com um possível ilhamento que as águas poderão trazer para a reserva como um todo, visto que a atual ponte de madeira sobre o rio Ligeiro e uma parte da estrada que corta a reserva serão alagadas; há ainda a possibilidade de que uma nova ponte de cimento, ainda em construção, desapareça também sob as águas. Entretanto, este risco deverá ser eliminado com a construção de nova ponte e trecho de estrada em local não inundado. Talvez a manifestação mais dramática dessa ansiedade coletiva seja o seguinte comentário de uma mulher da Sede: "Quanto tempo vai durar a barragem? Tamo com medo de inundá a área. Minha ir-

mã e eu tamo pensando em fazê uma canoa"; ou o desabafo de uma criança de cerca de 7 anos, na presença de duas das pesquisadoras "Vamo tudo morrer embaixo d'água"!

Uma das grandes inquietações da comunidade a respeito da inundação das margens do rio Ligeiro é que, forçados a abandonar suas terras, os colonos da região penetrem na reserva, criando novamente todos os problemas decorrentes de intrusão. Na tentativa de preservar a comunidade contra o interesse de regionais na área indígena, o Cacique vem recomendando aos índios que nada revelem de suas decisões sobre o problema aos colonos vizinhos. Ouve-se dizer, entre estes que, por exemplo, a reserva tem terras demais para tão poucos índios. Entretanto, o Cacique colocou essa questão muito claramente: a terra não é muita, pois é a única que eles tem para esta geração e para as gerações futuras. A questão é tanto mais relevante, quanto o fato de que a população indígena está crescendo de maneira expressiva, como foi demonstrado no capítulo anterior.

Um outro efeito indireto da construção da barragem é a proximidade do canteiro de obras à reserva. Alguns integrantes do Conselho Indígena manifestaram-se explicitamente a respeito do perigo que representaria um grande contingente de indivíduos nas proximidades do posto. Implícitos em suas expressões de a-

preensão estão velhos problemas de contato indiscriminado entre índios e brancos: alcoolismo e prostituição, para não falar na possibilidade de marginalização daqueles que porventura fossem buscar nas obras da barragem uma possível fonte de trabalho.

Estas são, então, as principais conseqüências indiretas da construção da barragem, como elas são vistas pelos índios. Devemos, entretanto, acrescentar que outros efeitos indiretos poderão ocorrer, mas que são, no momento, de difícil avaliação. Vemos que o stress psicológico de que fala SCUDDER já está presente na comunidade indígena de Ligeiro, pelo simples conhecimento de que uma barragem será construída na região e que acarretará prejuízos irreversíveis para o grupo, independentemente do montante da indenização que esperam receber. Obviamente esse stress se agravará enormemente se suas expectativas de compensação pelas perdas e angústias sofridas não forem realizadas. Este temor de serem enganados esteve subjacente a todos os discursos individuais ou coletivos que obtivemos nos 8 dias de trabalho de campo na reserva.

Tendo em vista a inevitabilidade da construção da barragem e as conseqüentes perdas de terras para os Kaingang de Ligeiro, o Conselho Indígena viu por bem articular a comunidade como um todo, por intermédio do Cacique e do Chefe do posto, no

sentido de tomar decisões em conjunto e montar um esquema de reivindicações relativas à futura indenização material pelo custo que a barragem acarretará para os índios.

No dia 19 de maio de 1980, por convocação do Cacique, a comunidade Kaingang de Ligeiro, proveniente dos três setores - Sede, Rondon e Paraná - reuniu-se no prédio do clube local, a fim de sancionar a decisão de que toda e qualquer indenização deverá reverter em favor da comunidade como um todo, e não de indivíduos isoladamente. O abaixo assinado dirigido à ELETROSUL, constante em anexo, é um dos resultados dessa reunião comunitária.

Decorrente dessa assembléia, foi também elaborado um documento detalhado (com assessoria dos membros da direção do PI), incluindo todos os itens propostos pela comunidade como indenização pela perda de terras, lavouras e outras benfeitorias que serão alagadas pela barragem. Esse documento, intitulado "Memorial Descritivo das Reivindicações da Comunidade Indígena do PI Ligeiro à ELETROSUL", com data de 22 de maio de 1980, está assinado pelos conselheiros, pelo Cacique, pelo Capitão da Polícia Indígena e pelo Monitor Biligüe da escola do setor Rondon. Em essência, o conteúdo dessas reivindicações traduz-se em termos do suprimento de animais domésticos para trabalho agrícola, de

construção de prédios para uso comunitário, de maquinária, sementes, fertilizantes e mudas e da isenção do pagamento de taxa de energia elétrica por um período limitado. Consta igualmente do documento a preocupação de se obter título definitivo da Reserva Indígena e o direito da comunidade de utilizar a madeira existente na área a ser alagada. O texto deste documento é o seguinte⁽¹⁾:

"Em reunião dos membros do Conselho Indígena, composto 12 índios KAIN - GANGS, ocorrido no local da Reserva Indígena Ligeiro, no dia 20 de Maio de 1980, para em nome da Comunidade Indígena deste Pl., debaterem sobre o problema do alagamento de aproximadamente 200 ha em terras pertencentes aos índios KAINGANGS, da Reserva indígena Ligeiro, bem como suas conseqüências, que irreversivelmente viria a afetar sobremaneira a segurança desta mesma Comunidade no seus vários aspectos; este mesmo Conselho, depois de ouvir todos os membros da Comunidade Indígena, reunidos em assembléia no dia 19 de Maio de 1980 decidiram unanimemente, chegando as seguintes conclusões:

1. Solicitar providências urgentes

(1) Manteve-se na transcrição a ortografia original.

no sentido da expedição em cartório do TÍTULO definitivo de propriedade da Reserva Indígena Ligeiro em nome da Comunidade Indígena KAINGANG, cujas terras já estão demarcadas;

2. Que o acampamento do pessoal incumbido da construção da Barragem seja localizado o mais afastado possível da Reserva Indígena;
3. Que os pedidos que compensaram a perda das terras em consequência da inundação, sejam totalmente revertidos em benefício desta Comunidade;
4. Que o limite das águas que irão atingir a reserva, seja reservado à pesca somente para os índios, além da ELETROSUL povoar esta área alagada por peixes;
5. Para compensar a perda irreparável de parte das terras da Reserva Indígena, as quais os nativos consideram como as melhores terras agrícolas, os mesmos exigem o seguinte:

1. ANIMAIS:

- 1 - Uma vaca de Leite para cada família indígena (160 cabeças);
- 2 - 50 (cinquenta) Juntas de Boi;
- 3 - 10 (dez) cavalos para montaria.

II. CONSTRUÇÕES:

- 1 - 60 (Sessenta) casas para famílias índias;
- 2 - Reforma de 80 casas;
- 3 - 1 armazém depósito com varanda para garagem;
- 4 - 1 moinho de milho tipo colonial;
- 5 - uma enfermaria de alvenaria equipada, capacidade 8 leitos;
- 6 - uma escola de alvenaria modelo MEC equipada;
- 7 - um poço arteziano com uma caixa de água com capacidade de armazenamento para 20.000 litros;
- 8 - 15 chafarizes para abastecimento dos núcleos residenciais;
- 9 - 12 banheiros coletivos mais 12 tanques para lavagem de roupas;
- 10 - 1 aviário para frango de corte;
- 11 - 1 salão comunitário;
- 12 - rede e distribuição de luz elétrica para as casas dos índios;
- 13 - uma quadra de esporte polivalente, com iluminação;
- 14 - 1 estábulo
- 15 - 1 banheiro para banhar o gado
- 16 - instalação de rede elétrica trifásica com transformador 45 KVA.

III. MÁQUINAS E IMPLEMENTOS:

- 1 - 1 trator forde 6.600 com lâmina;
- 2 - 1 trator valmet 85;
- 3 - uma colheitadeira automotriz médio;
- 4 - 1 debulhador de milho Blui Laine;
- 5 - uma trilhadeira nº 2 com motor Diesel;
- 6 - duas moto serras tamanho médio;
- 7 - uma roçadeira hidráulico trator;
- 8 - Carroção de quatro rodas com freio cap. 4 toneladas;
- 9 - 1 camionete Toyota;
- 10 - 1 caminhão mercedes mod.1113/toco;
- 11 - 1 sino de bronze tamanho médio;
- 12 - 10 máquinas de costura;
- 13 - 1 tanque metálico para combustível cap. 5.000 litros;
- 14 - 1 arado pé de pato;
- 15 - 1 grade globe com rodas pneumáticas;
- 16 - uma plantadeira de milho c/ 3 linhas;
- 17 - uma grade niveladora 32 X 20;
- 18 - 50 arados tração animal;
- 19 - 20 grades tração animal;
- 20 - 50 máquinas manuais de plantar milho;

- 21 - 2 grossa de enxadas mais 2 grossa de foice;
- 22 - um conjunto completo de chaves para oficina;
- 23 - 500 rolos de arame farpado c/ 200 kilos de grampos;
- 24 - 1 amplificador de som 80 watts com toca-disco mod. delta microfone e 2 cornetas de som;
- 25 - 1 balança balcão capacidade 25 mod. Filizolla.

IV. SEMENTES INSUMOS E MUDAS

- 1 - milho 150 sacos; soja 100 sacos; arroz 100 sacos; feijão 50 sacos e trigo murisco 100 sacos;
- 2 - adubo 500 sacos e 500 toneladas de calcário;
- 3 - 5.000 mudas de erva mate; 500 de laranja e 500 de bergamota e 500 mudas de caqui.

OBSERVAÇÃO:

A comunidade indígena do Ligeiro reivindica também que toda a madeira existente na área a ser alagada seja aproveitada pela própria comunidade, no sentido de suas necessidades; Solicita também a isenção de pagamento de taxa de energia elétrica, pelo

período de 15 anos.

Anexo abaixo assinado de indígenas
pertencentes a comunidade indígena
Ligeiro".

Posto Indígena Ligeiro, 22 de Maio de 1980

período de 15 anos.

Anexo abaixo assinado de indígenas
pertencentes a comunidade indígena
Ligeiro".

Posto Indígena Ligeiro, 22 de Maio de 1980

V. RECOMENDAÇÕES

Em suma, são os seguintes os principais problemas que enfrentarão os Kaingang do PI Ligeiro, face a construção da barragem de Machadinho:

1. Efeitos diretos: Dos 4.552 ha. da área indígena, 188 ha. , ou 5%, serão inundados. Nesses 188 ha. estão incluídas:
 - a) terras de alto valor agrícola (cerca de Cr\$80.000,00 por ha. de terra nua);
 - b) madeiras comercialmente valiosas (os pinheiros, por exemplo, estão avaliados entre Cr\$15.000,00 e Cr\$20.000,00 cada);
 - c) duas casas de madeira;
 - d) várias lavouras;
 - e) um trecho da estrada de acesso à Sede do Posto, na estrada SANANDUVA - TAPEJARA, havendo possibilidade de serem atingidas a ponte de madeira sobre o rio Ligeiro e uma nova ponte, de cimento armado, que se encontra em construção.
2. Efeitos indiretos:
 - a) stress psicológico, que já se faz sentir na reserva, gerado por incertezas criadas pela perspectiva de inundação de parte da área;

- b) apreensão que têm os índios de sofrerem espoliação no que diz respeito ao aproveitamento das madeiras localizadas na área a ser inundada;
- c) receio dos índios que a reserva indígena seja invadida por regionais, deslocados de suas propriedades pela inundação;
- d) possibilidade de aumento de tensões sócio-políticas já existentes dentro da reserva.

À vista desse quadro é que se impõe a tomada de medidas que assegurem aos índios do Posto Indígena Ligeiro, bem como de outras populações tribais que também estejam sujeitas a efeitos de grandes projetos de engenharia, as condições mínimas para sua sobrevivência. Considerando, outrossim, a validade dos procedimentos tomados pela ELETROSUL, objetivando assegurar um amplo conhecimento das conseqüências para os indígenas da construção dos barramentos destinados ao aproveitamento do potencial energético da bacia do Uruguai, destacamos a necessidade de se tomar as seguintes providências:

1. reconhecer a validade dos esforços da comunidade indígena do PI Ligeiro no sentido de obter compensações justas em troca do alagamento parcial das terras que ocupam, dando-lhe prioridade de

indenização. Para tal fim, recomenda-se que a ELE
TROSUL a curto prazo inicie negociações diretamen
te com a comunidade, tendo como interveniente a
FUNAI;

- II. manter a comunidade informada sobre o desenvolvi
mento do projeto da barragem Machadinho, visando
evitar que os indígenas a serem diretamente atin
gidos abandonem prematuramente as atividades agrí
colas que praticam nas margens do rio Ligeiro, ini
ciando um processo intempestivo de relocação;
- III. utilizar, se julgado conveniente por parte da
ELETROSUL, para o cumprimento das recomendações
N^{os} 1 e 2, o potencial representado pelo grupo de
pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, da UFSC;
- IV. exortar a FUNAI para efetivamente estudar e acom
panhar o desenvolvimento da problemática em foco,
pois que as ações deflagradas pela ELETROSUL du
rante o planejamento do chamado "Projeto Uruguai"
valorizaram sobremaneira, e de forma inédita no
Brasil, a situação indígena. Não pode, pois, a FU
NAI continuar ausente de um processo que, tudo in

dica, deve rapidamente atingir outras sociedades indígenas do país, dada a busca acelerada de fontes de energia. Especializar um grupo de técnicos na questão, em particular advogados e antropólogos, é urgente e necessário por parte da FUNAI, a fim de que possa se desincumbir com seriedade de seu papel de órgão tutor;

- V. orientar a FUNAI para que no âmbito do Posto Indígena Ligeiro amplie seus projetos de apoio, visando a dinamização das atividades econômicas da população indígena. Os projetos patrocinados pelo PRODEC devem ter continuidade, corrigidas as falhas detectadas de falta de pagamento da força de trabalho indígena, quando ela é utilizada em roças que se destinam a obter o retorno do capital investido pela FUNAI. Outros projetos de apoio à comunidade, que se fizerem convenientes, devem também ser implementados, visando assegurar um clima de tranquilidade entre os indígenas. Outrossim, deve ser enfatizada cada vez mais a necessidade da comunidade manter uma alta coesão interna;

- VI. considerar conveniente tanto para a chefia do Posto Indígena Ligeiro, como para toda a equipe responsável pela atuação da 4ª Delegacia (*) da FUNAI, tomar amplo conhecimento das várias implicações decorrentes da construção da barragem Machadinho, visando assegurar o desenvolvimento de atitudes e ações integradas destinadas a evitar ao máximo o stress psicológico da população tribal, bem como outros prejuízos decorrentes da falta de ações coordenadas e tomadas em momentos oportunos;
- VII. sugerir que, ao ocorrer a definição das compensações que os indígenas pleiteam, deve a FUNAI assegurar condições para que efetivamente as benfeitorias sirvam aos índios. Para tanto é fundamental estimular cada vez mais a organização que os índios já possuem, valorizando as formas pelas quais tomam decisão e fazem suas reivindicações. Pois, só assim, se estará assegurando condições para que os próprios índios decidam e atuem em conjunto em questões que são de seu interesse.

(*) Este relatório estava em fase de conclusão quando a FUNAI instalou em Porto Alegre a 13ª Delegacia do órgão, a qual deverá ter jurisdição sobre os postos indígenas localizados no Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ASPELIN, Paul L. & SANTOS, Silvio C. Indian Areas threatened by Hydroelectric Projects in Brasil. Florianópolis, UFSC, ms, 1979.
- A.D.A. Rodrigues, 1971, em Grande Enciclopédia Delta Larousse, "Língua", Editora Delta S/A. Rio de Janeiro, p. 4.034-6.
- BARABAS, Alicia & BARTOLOMÉ, Miguel. Hydraulic Development and Ethnocide: The Mazatec and Chinantec People of Oaxaca, México. Copenhagen, IWGIA, Document Nº 15, 1973.
- BECKER, Ítala. O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul. In: Machado, Oscar (coord.) O Índio no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Comissão Executiva de Homenagem ao Índio, 1975.
- BENNETT, Gordon, COLSON, Audrey & WAVELL, Stuart. The Damned: the Plight of the Akawaio Indians of Guyana. Survival International, Document VI, 1979.
- BRASIL. Leis e Decretos. Legislação FUNAI. Brasília, DF, 1974.
- _____. Congresso. Senado Federal. Código de Processo Civil. Rio de Janeiro, 1974. 4v.
- BROKENSHA, David & SCUDDER, T. Resettlement. In: RUBIN, NEVILLE & WARREN, William, (org.) Dams in Africa. Londres, Frank Cass, 1968.
- CANALI, Ilma Käfer. Histórico do Município de Tapejara. Ms, s.d.
- ELETROSUL. Relatório: Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - Estudo de Inventário Hidroenergético. 1979, vol. 4 e 5: LV-56.
- FERNANDES, José Loureiro. Os Índios da Serra dos Dourados (os Xetá). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 3., Recife, 1958. Anais. p. 27-46.

FUNAI. Inventário Florestal dos Postos Indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Relatório realizado em colaboração com SUDESUL e Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Setor de Ciências Agrárias - Centro de Pesquisas Florestais, 1973.

_____. Levantamento das Ocupações Civilizadas e sua Avaliação nos Postos Indígenas localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Relatório do Grupo de Trabalho realizado entre 12 de junho e 25 de setembro de 1975 em colaboração com o INCRA e Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 1975.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria técnica. Geografia do Brasil - Região Sul. Rio de Janeiro SERGRAF - IBGE, 1977, v. 5.

GOODLAND, Robert G.A. Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroelectric Project. Rio Tocantins, Amazonia. In: Survival International Review. (Londres), vol.3, nº 2 (22): 11-14.

GRÜNBERG, George (coord.). Declaración de Barbados - por la Liberación del Indígena. In: _____. La Situación del Indígena en America del Sur (Aportes al estudio de la fricción inter-étnica en los Índios Noandinos). Uruguai, Tierra Nueva, Biblioteca Científica, 1972.

HELM, Cecília Maria Vieira.(coord.). Projeto Kaingang. SUDESUL-UFRP. Curitiba, 1975.

_____. A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná: o Caso Kaingang. Curitiba, 1974 m. 170 p. Tese. Livre Docência. Universidade Federal do Paraná.

_____. O Índio Camponês Assalariado em Londrina: Relações de Trabalho e Identidade Étnica. Curitiba, 1977, 117 p. Tese. Professor Titular. Universidade Federal do Paraná.

- _____. Identidade Étnica entre os Índios Kaingang do Paraná. Estudos Brasileiros. Curitiba 4 (7): 71-92, 1979.
- MCMAHON, David F. Antropologia de uma Presa. Los Mazatecos y el Proyecto del Papaloapan. México, Instituto Nacional Indigenista, 1973.
- MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. ed. Handbook of South American Indians. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1946. Bulletin 141, v. 1.
- MOREIRA NETO, Carlos de A. Alguns dados para a História Recente dos Índios Kaingang. In: GRÜNBERG, George (coord.). La Situación del Indígena en América del Sur (Aportes al estudio de la fricción inter-étnica en los Índios no andinos). Uruguay: Tierra Nueva, Biblioteca Científica, 1971.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. 1972. O Índio e o Mundo dos Brancos. São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- ONU. United Nations, Integrated River Basin Development. Report of a Panel of Experts New York, United Nations, 1970.
- PIRES, Maria Ligia Moura. Guarani e Kaingang no Paraná, um Estudo de relações Intertribais. Brasília, 1975, 167 p. Tese. Mestrado. Universidade de Brasília.
- RICHARDSON, Boyce. Strangers Devour the Land. The Cree Hunters of the James Bay Area versus Premier Bourassa and the James Bay Development Corporation. Toronto, Macmillan, 1975.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. Indigenismo e Expansão Capitalista - Faces da Agonia Kaingang. Florianópolis, 1979, 71 p. Tese. Professor Titular. Universidade Federal de Santa Catarina.

- _____. Educação e Sociedades Tribais. Porto Alegre; ed. Movimento, 1975.
- _____. Índios e Brancos no Sul do Brasil ; a Dramática Experiência dos Xokleng. Florianópolis, EDEME , 1973.
- _____. A Integração do Índio na Sociedade Regional - a Função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1970.
- SCUDDER, Thayer. Social Impacts of Integrated River Basin Deve - lopment on Local Populations. Budapest, United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNPD/UN Interregional Seminar on River Basin and Interbasin Development. Working Paper Nº 30) 1975 a.
- _____. Resettlement. In: STANLEY, N.F. & ALPERS, M. P. (org.), Man-made Lakes and Human Health. Londres, Academic Press, 1975 b.
- _____. Summary: Resettlement. In: ACKERMANN, WHITE & WORTHINGTON (org.). Man-made Lakes: Their Problems and Environmental Effects. Geophysical Monograph series, Nº 17, American Geophysical Union. Washington, D.C. 1973.
- _____. Kariba Dam: The Ecological Hazards of Making a Lake. In: POGGIE, J.J. Jr. et al (org.), The Evolution of Human Adaptations: Readings in Anthropology. New York, Macmillan, 1976.
- SEEGER, Antony. Conceitos em Conflito: Terras e Territórios Indígenas. Comunicação apresentada na III Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, BH, outubro, ms. 1979.

- SCHADEN, Francisco S.G. Índios Caboclos Colonos: páginas de etno-
grafia, Sociologia e Folclore. Faculdade de Filosofia, Ciên-
cias e Letras, Universidade de São Paulo, 1963.
- SIMONIAN, Ligia T.L. (org.). A Defesa das Terras Indígenas: uma
Luta de Moysés Westphalen. FIDENE, Coordenadoria de Pesquisa e
Documentação, Ijuí, Rio Grande do Sul, 1979.
- UFSC, ELETROSUL, FUNAI. Projeto Uruguai: Os Barramentos e os Índios. Florianópolis, UFSC, 1978.

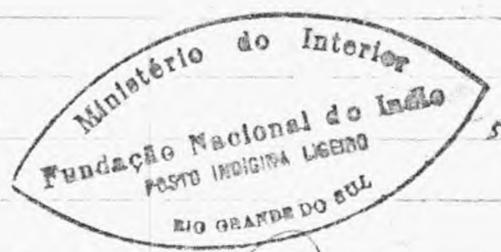
Albaixo assinado dos Indios do Posto Indígena ligeiro R.S. em 19 de maio de 1980 referente à indenização por prejuízos a serem causados pela alagamento de 188 Ha. de terras de reserva pela construção da barragem Ma-chedinho, a ser encaminhado à Eletrosul

1. Florindo Lima
2. Adilmo Teodoro.
3. Vitalino Moreira
4. Afonso Felix
5. Rodrigo do Carmo
6. Luiz de Oliveira
7. Dominga Elias
8. Artemínio Antônio
9. Arnaldo Pêlo
10. Genesio Gomes
11. Pedro Cavêlia
12. Zeferino Paulo
13. Teodorofario
14. Fernando Elias
15. Vicente Bonfim Ho
16. Pavorino Rosa
17. Fiorindo Evarista
18. Valdir Talhano
19. Valmir Mendonça
20. Augusto Rodrigues
21. Elenel Inácio
22. Atilio Farias
23. Orlando Colombo
24. Leino Roso
25. Romildo Ferreira
26. Genesio da Silva
27. Antonio Trillio
28. João Neto



(Handwritten signature)

29. Waldemar Mendonça
 30. Pedro Pinto
 31. Valdomiro Sutiliano
 32. Vilton Faria
 33. Ataíde Frayre
 34. Darcy Norã Rosa
 35. Jacir Rosa
 36. Delcino Talcano
 37. Eutimário Antonio
 38. Jemmo Muel de Freitas
 39. Robertina E. Felix
 40. Jara Elias
 41. Elida dos Santos
 42. Juarez Rosa
 43. Yvone da Silva
 44. Welci Elias
 45. Bibimária Dias
 46. Antonio M. Candelino
 47. Tronires Paulo
 48. Ernesto Chantlerio
 49. Osmar Deodoro
 50. Segundo Fariato
 51. João Manuel Antônio
 52. Jorge de Oliveira
 53. Getuliana Nascimento
 54. Angelino da Veiga
 55. Zaira Paulo
 56. João Ferrizian
 57. Fernando Faria
 58. Aureliano Deodoro
 59. Pedro Sulau
 60. Santa Farias
 61. Yassquim Camdeinho
 62. Alvinor Cardoso
 63. Antonio Escamino



Handwritten signature

64 - Ruteiro Reis

65 - Loureiro da Silva

66 - Catarina Macia

67 - Rosmaria Dias

68 - Amemon Seodoro

69 - Olimaria Pereira

70 - Glomaida Deodoro

71 - Amélia da Silva

72 - Ana Gabriela da Silva

73 - Eva Ferreira

74 - Augusta da Silva

75 - Rosalina Teixeira

76 - Teresinha dos Santos

77 - Leonilda Braga

78 - Otacelina

79 - Glorinda

80 - Maria da Graça

81 - Olga Pinto

82 - Maria Traves

83 - Maria da Conceição

84 - Antónia Dourado

85 - Ivone Deodoro

86 - Conceição Silva

87 - Angélica Amândio

88 - Regina de Azevedo

89 - Olimpia

90 - Adelaide

91 - Adelaide

92 - Amélia Farias

93 - Helena Farias

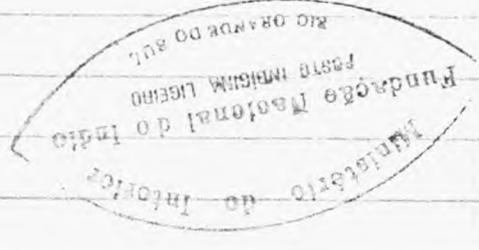
94 - Helena Farias

95 - Helena Farias

96 - Helena Farias

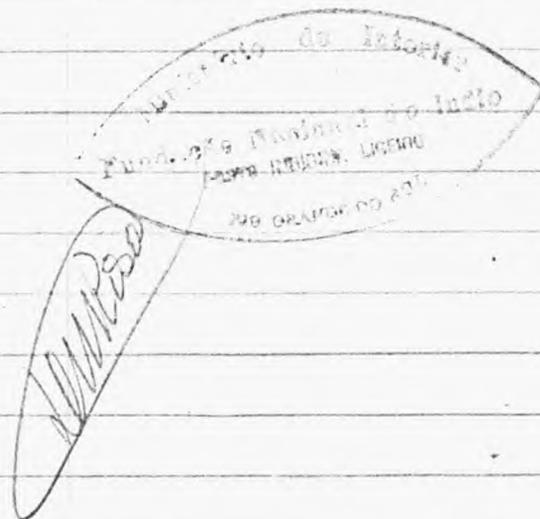
97 - Helena Farias

98 - Helena Farias



Maria

- 99 - Laurivaldo Reis
 100 - José da Silva
 101 - Anderson Palhano
 102 - Nelson F. D. Odhe
 103 - Benjamin Franco
 104 - Júlio da Silva
 105 - Aureliano Paulo
 106 - Valdorico Deodoro
 107 - Santa Consolida
 108 - Brigida Amâncio
 109 - Máximo - Dia
 110 - Augusto Consolida
 111 - Genêrio Rodrigues
 112 - José Rodrigues
 113 - Gilberto Farias
 114 - Maschão Rosa
 115 - Alito Catão
 116 - Romano da Veiga
 117 - Lucas da Veiga
 118 - Armandia da Veiga
 119 - Maria Deodoro Rosa
 120 - Luiz Franco
 121 - Tarcia Pedra
 122 - Helena Inácio
 123 - Domingos Rosa
 124 - Afonso Farias
 125 - Celso Fios
 126 - Aparício André
 127 - Alacio Domingos
 128 - Francisco Faria
 129 - Alipio Landinho
 130 - Jorge Silverio
 131 - Rondon Braga
 132 - Emocccio Deodoro
 133 - Valdorico Cardoso



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	
I.	A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E AS SOCIEDADES TRIBAIS
I.1.	A experiência internacional 15
I.2.	A questão das barragens em nível nacional 32
II.	OS ÍNDIOS E A SOCIEDADE REGIONAL
II.1.	Índios e não índios na região sul 44
II.2.	A história do posto Ligeiro 55
II.3.	Caracterização da sociedade regional 68
III.	O POSTO INDÍGENA LIGEIRO: CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA 83
IV.	A BARRAGEM DE MACHADINHO E SEUS EFEITOS NO PI LIGEIRO. 101
IV.1.	Os regionais e os índios 103
IV.2.	A barragem e os Kaingang de Ligeiro 108
V.	RECOMENDAÇÕES 131
	BIBLIOGRAFIA 136
	ANEXO: Abaixo Assinado da Comunidade Indígena do PI Ligeiro dirigido à ELETROSUL 141

ÍNDICE DE MAPAS E FOTOS

Mapa 1 - Brasil: Região Sul	33
Mapa 2 - Alternativa III: Barragens selecionadas, Bacia do Rio Uruguai, e localização dos Toldos Indígenas que elas afetarão	42
Mapa 3 - Município de Tapejara e localização de seus Postos Indígenas	69
Mapa 4 - Barragem de Machadinho	102
Mapa 5 - Posto Indígena Ligeiro e inundação do Rio Apuaê ..	109
Mapa 6 - Setor Rondon - Localização de "propriedades" indígenas	111
Fotos Nºs 1 e 2	115